

A Revista do Rio de Janeiro (1876-1877): “vulgarizar as ciencias, letras, artes, agricultura, commercio e indústria”

The Revista do Rio de Janeiro (1876-1877): “popularize the sciences, letters, arts, agriculture, commerce and industry”

Maria Rachel de Fróes da Fonseca¹

rachel.froes@fiocruz.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0865-2436>

Resumo: O século XIX foi cenário de uma grande expansão das publicações periódicas no país, quando surgiram inúmeras revistas, como as revistas científico-literárias, direcionadas especialmente ao público geral, e muitas delas às crianças e jovens, aos trabalhadores e às mulheres. A ciência, a prática científica e a educação mobilizavam os debates e os estudos de intelectuais/literatos, cientistas e políticos no período. A *Revista do Rio de Janeiro*, criada no Rio de Janeiro em 1876, tendo como primeiro editor Serafim José Alves (Bahia, 1820-1895?), representou um importante instrumento da imprensa oitocentista vocacionado para a vulgarização das ciências, para o cultivo das ciências e para o incremento da educação brasileira. Este artigo tem como objetivo apresentar o papel deste periódico no contexto das atividades de vulgarização das ciências no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Nesse estudo identificamos os editores, redatores e colaboradores da *Revista do Rio de Janeiro* como agentes da vulgarização das ciências, como “mediadores culturais” (Gomes; Hansen, 2016). Compartilhando as palavras de Jean-François Sirinelli (1986), entendemos as revistas como um local de encontro de trajetórias individuais, trajetórias sociais e intelectuais, com o papel de conformar o campo intelectual por meio de mecanismos de adesão e exclusão. Além das relações sociais e intelectuais, da atividade e do movimento nos bastidores da publicação, preocupa-nos conhecer e apresentar as temáticas e conteúdos científicos publicados, de forma a compreender seu papel na vulgarização das ciências.

Palavras-chave: história das ciências-Brasil, imprensa periódica-Brasil, vulgarização da ciência, educação-Brasil.

Abstract: The 19th century was the scene of a great expansion of periodicals in Brazil, when numerous magazines, such as scientific-literary magazines, appeared. They were especially directed to the general public, and many of them to children and young people, workers and women. Science, scientific practice, and education mobilized the debates and studies of intellectuals/literati, scientists and politicians in the period. The *Revista do Rio de Janeiro*, created in Rio de Janeiro in 1876, with Serafim José Alves as its first editor (Bahia, 1820-1895?), was an important tool of the 19th century press aimed at the popularization of sciences, the cultivation of sciences and the improvement of Brazilian education. This article aims to present the role of this journal in the context of the activities of the popularization of sciences in Rio de Janeiro in the second half of the 19th century. In this study, we identify the editors, editors and collaborators of the *Revista do Rio de*

¹ Departamento de Pesquisa, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Av. Brasil, 4365. Manguinhos. Rio de Janeiro, Brasil.

Janeiro, as agents of dissemination of science, as “cultural mediators” (Gomes; Hansen, 2016). Sharing the words of Jean-François Sirinelli (1986), we understand the magazines as a meeting place for individual trajectories, social and intellectual trajectories, with the role of shaping the intellectual field through mechanisms of adhesion and exclusion. In addition to social and intellectual relations, activity and movement behind the scenes of the publication, we are concerned with knowing and presenting the published topics and scientific content, in order to understand their role in popularizing the sciences.

Keywords: history of sciences-Brazil, periodical press-Brazil, scientific popularization, education-Brazil.

Introdução

A cultura ocidental no século XIX, como destaca Bruno Béguet (1994), se apresentava marcada pela centralidade das noções de ciência, de progresso e de instrução, e pelas ações de vulgarização da ciência:

Ciência, progresso, educação: esses três conceitos são tão centrais para a sociedade e a cultura ocidental do século XIX que não é surpreendente ver florescer, essencialmente a partir de 1850, as mais variadas manifestações de uma disseminação em massa do conhecimento científico e técnico. Tudo concorre a esta “vulgarização científica” – a expressão aparece nos anos de 1840, particularmente pela caneta de Auguste Comte – assume as proporções e formas inéditas, uma amplitude e uma variedade inigualáveis: o progresso mesmo do conhecimento científico, a diversidade e o caráter revolucionário das aplicações técnicas, industriais e médicas, a explosão da edição e da imprensa, a alfabetização crescente da população, a proliferação da imagem, o interesse pela educação popular são fatores propícios (Béguet, 1994, p.5).²

Nesta direção, procurou-se mobilizar todos os meios de vulgarização das ciências, como cursos públicos, revistas, jornais, publicações e conferências, visando adaptar a ciência a todos, disseminar os conhecimentos à população em geral, de uma forma prática, recreativa e útil, especialmente para as classes trabalhadoras, as mulheres e as crianças. Bensaude-Vincent, ao analisar o conjunto destas ações de vulgarização, ressalta que “a vulgarização convida o público a ‘consumir’ a ciência na forma de revistas, livros ou programas, em vez de praticá-la” (Bensaude-Vincent, 2010, p. 4)³.

No Brasil do séc. XIX, a ideia de “vulgarização científica”, provavelmente sob a influência de autores e livros franceses, apareceu relacionada fundamentalmente

com a comunicação voltada para o povo, para os leigos. Procurava-se com as ações de vulgarização, como cursos públicos, revistas, jornais, publicações e conferências, comunicar os conhecimentos ao grande público, visando à sua disseminação à população em geral, prioritariamente aos jovens e às classes trabalhadoras, com a convicção de que o cultivo pelas ciências representava instrumento para o conhecimento das novas nações em construção ou em consolidação naquele período, para a formação do povo. Neste sentido, encontramos, de forma recorrente, a expressão “vulgarização das ciências”, especialmente em publicações, revistas e periódicos, para referir-se às atividades e ações de comunicação com o público leigo.

De acordo com Moema Vergara, essa ideia de vulgarização, da ciência traduzida para um público leigo já estava presente no *Dicionário da língua portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva, publicado em 1813, que definiu a ação de “vulgarização” como aquela que iria “reduzir ao estado do plebeu, e homem vulgar. Fazer comum, com abatimento da nobreza, gradação de apreço, respeito. Traduzir em vulgar, romancear. Publicar a todos, prostituir-se” (*apud* Vergara, 2008). A autora destaca, ainda, outros aspectos importantes com relação à ideia de tradução, presente nessa concepção de vulgarização:

A vulgarização científica do século XIX trazia consigo vários dos elementos enunciados pela tradução: o limite na transmissão dos conteúdos; a preocupação de estar ao alcance de todos e assim conferir um efeito universal ao conhecimento; além de carregar consigo também a centelha do novo. Se isso é verdade, então posso afirmar que a vulgarização ou divulgação é uma atividade criadora, ou seja, faz surgir algo que não existia anteriormente (Vergara, 2008, p. 139).

Ainda durante o Império brasileiro, principalmente na segunda metade do século XIX, procurou-se com ações

² Tradução feita pela autora do presente artigo.

³ Tradução feita pela autora do presente artigo.

de vulgarização, como cursos públicos, a exemplo dos cursos de ciências no Museu Nacional, de revistas, como a *Revista do Rio de Janeiro*, de jornais, de publicações e conferências, como as Conferências Populares da Glória, comunicar os conhecimentos ao grande público, visando à sua disseminação à população em geral. As denominadas Conferências Populares da Glória, iniciadas em 1873, na cidade do Rio de Janeiro, sob a coordenação do Senador Manuel Francisco Correia, que tinham como objetivo “ilustrar” o povo e, por consequência, transformar o país, e apresentavam um temário amplo e eclético em suas conferências, incluindo literatura, teatro, história das civilizações, educação, matemática, biologia, medicina, botânica e ciências físicas.

Nesta época, coincidentemente, o periodismo passou por um momento de expansão importante no país, com o surgimento de inúmeras publicações periódicas, que apresentavam uma grande variedade temática e de público, e almejavam alcançar a todos os grupos sociais e estimular a leitura. Muitos periódicos apresentavam temáticas bem definidas e especializadas, e eram direcionados especialmente para um público seletivo, para a elite intelectual, e outros se direcionavam para os demais setores da sociedade, incluindo os trabalhadores e as crianças. Expressava-se, fortemente, nestes periódicos o interesse por temas literários, científicos e pelas coisas práticas e úteis.

Nesse artigo, buscamos compreender de que forma a ideia de vulgarização das ciências, de suas expressões e ações para comunicar a ciência, se apresentou na imprensa brasileira, especialmente em um representante da denominada imprensa periódica de caráter popular, a *Revista do Rio de Janeiro*⁴, lançada em 1º de janeiro de 1876, na cidade do Rio de Janeiro. Esta publicação, para tornar efetivo seu projeto de ser um instrumento de vulgarização das ciências para um público leigo, deveria procurar entreter e instruir com conhecimentos científicos, por meio de uma linguagem amena e acessível, distinta da linguagem do cientista.

Estas ações de vulgarização foram idealizadas e/ou realizadas por homens de letras, escritores, professores, advogados e médicos. Imbuídos da ideia de uma “ciência para todos”, foram responsáveis pelo surgimento de muitos periódicos científico-literários, na segunda metade do século XIX, que dedicaram suas páginas à vulgarização das ciências. Como Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen bem pontuaram em seu livro *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*, podemos identificar estes autores de ações de vulgarização como intelectuais, “no

caso, intelectuais que atuam, exclusiva ou paralelamente, como mediadores culturais” (Gomes; Hansen, 2016, p. 9).

A análise da trajetória desses intelectuais idealizadores ou realizadores das ações de vulgarização, como os editores e colaboradores da *Revista do Rio de Janeiro*, proporciona uma reflexão sobre as estruturas de sociabilidade, os diferentes lugares de encontro, como bem assinalou Jean-François Sirinelli. Nesta perspectiva, as revistas seriam um local de encontro de trajetórias individuais, trajetórias sociais e intelectuais, e teriam o papel de conformar o campo intelectual por meio de mecanismos de adesão e exclusão (Sirinelli, 1986, p. 104).

Buscamos trabalhar com revistas científico-literárias, como a *Revista do Rio de Janeiro*, compreendendo-as como “espaços de agregação, instituidores de redes específicas” (Luca, 2011, p. 2-3), onde atuaram seus fundadores, redatores e colaboradores.

Daniel Fabre, ao analisar a etnologia nas revistas, pontua que o desejo de toda revista é o de poder modelar seu próprio tempo, o que a distinguiu totalmente dos livros. O processo de elaboração nas revistas se repete a partir de seu ímpeto inicial e vai construindo uma história. Isto remete à noção de movimento, da intensa atividade presente nas revistas na sua elaboração (Fabre, 2021).

Ou seja, como destacou Jacqueline Pluet-Despatin, estamos entendendo as revistas como “produto de uma intensa atividade interna, entre bastidores”, de trajetórias sociais e intelectuais. São construções coletivas, num campo de relações, entre os editores, fundadores, colaboradores e demais elementos nos bastidores das revistas (Pluet-Despatin, 2017, p. 2).

Assim, compreendendo as revistas como lugares de encontro, de relações sociais e intelectuais, de intensa atividade e de movimento, de vulgarização das ciências é que buscamos analisar a *Revista do Rio de Janeiro* como espaço da vulgarização da ciência.

O periodismo oitocentista no Rio de Janeiro

O século XIX foi o cenário de grande expansão e expressão das publicações periódicas, quando apareceram inúmeras revistas direcionadas para um público geral, para as crianças e jovens, para os trabalhadores e as mulheres. Este crescimento e difusão da imprensa se deu não somente em decorrência de preocupações e interesses dos intelectuais, mas também pelo surgimento de inovações técnicas, pelas máquinas de impressão mais eficientes,

⁴ Não encontramos relação de trajetória ou perfil temático com outra publicação periódica de título semelhante, a *Revista Rio de Janeiro*, criada por iniciativa da UFF, UFRJ, PUC, UERJ, FGV, e Fundação Casa de Rui Barbosa, cujo primeiro número foi lançado em dezembro de 1985. Essa publicação teve várias fases: 1985-1987; 1993; 2002-2008.

pelas novas tipografias e gráficas. Melhorias técnicas nas últimas décadas do século XIX, como a fotogravura, em 1851, imprimiram uma qualidade maior na linguagem gráfica das publicações. No Brasil, avanços e recursos técnicos, como fotogravura, destaca Ana Luiza Martins, foram amplamente utilizados para o enriquecimento das publicações e para o crescimento do número de publicações e periódicos impressos (Martins, 2008). Recordamos, ainda, que outras importantes transformações nas técnicas tipográficas viriam a ocorrer, principalmente na última década do séc. XIX, que impactariam de forma importante na imprensa no país, em seus custos e processo de produção, como o fim da composição manual com a introdução da composição mecânica (linotipo), a técnica litográfica e fotografia (Dúnya, 2009).

Gowan Dawson, coautor da obra “Science in the Nineteenth-Century Periodical: Reading the Magazine of Nature”, acrescenta, como outro fator responsável pelo crescimento da imprensa, a demanda por uma literatura e leitura de lazer, de novas fontes de conhecimento e diversão. Paralelamente ao surgimento e crescimento desta imprensa, realizavam-se importantes mudanças na organização das ciências, quando a prática da ciência foi se tornando mais especializada (Dawson et al., 2008, p. 23).

Antonio Gonçalves Dias (1823-1864), poeta, bacharel e teatrólogo, em seu relatório intitulado “Exposição Universal de Paris”, publicado na *Revista Brasileira. Jornal de Ciências, Letras e Artes*, em 1857, retratou os avanços da tipografia na época e destacou a importância dos produtos da imprensa:

Os produtos da imprensa moderna, que vimos expostos no palácio da Exposição, nos sugerem algumas reflexões, com que julgamos dever encerrar estas informações. A typographia não é simplesmente como qualquer outra indústria, que pôde ser exercida por quem o quiser, sem mais efeito que o de enriquecer o industrial que nisso se emprega; enriquece e ilustra ao mesmo tempo a nação onde ella se desenvolve, e é, por assim dizer, o thermometro da ilustração de qualquer povo (Dias, 1857, p. 360).

Nas décadas de 50 a 70, houve um crescimento expressivo do número de casas tipográficas na cidade do Rio de Janeiro, o que certamente favoreceu a expansão do periodismo (Dias, 2008). Carlos Roberto Costa, em sua tese de doutorado, destaca que o ano de 1876 presenciou um momento singular no periodismo no Brasil:

Assim, no sábado, 1º de janeiro, [...], segundo lembra o Almanak Laemmert, a cidade do Rio é apresentada a três novos periódicos, O Figaro, a Revista Illustrada e a Revista do Rio de Janeiro. Pouco depois, em julho, será a vez da Illustração Brasileira: jornal de artes, sciencias e letras, tentativa de Henrique Fleiuss de retomar um espaço em que fora líder absoluto quinze anos, com a sua extinta Semana Illustrada, que encerrara carreira meses antes. Ainda em meios de julho o público leitor terá a oferta da Illustração do Brasil, de Charles Vivaldi, que lançará no início do mês seguinte a Illustração Popular” (Costa, 2007, p. 214).

Esse momento de crescimento no número de publicações periódicas no século XIX, assim como o panorama mais geral e outros aspectos da história da imprensa no país, tem sido objeto de inúmeros estudos⁵, que, embora sob diversas perspectivas de análise, compreenderam os impressos numa perspectiva mais ampla, entendendo-os, como bem afirmou Tania de Luca, como “parte intrínseca da formação do país”:

Trabalhando com metodologias contemporâneas, realizando levantamentos exaustivos, dominando diversas fontes, vivenciando o fazer da imprensa no interior das próprias redações, esses profissionais alinharam-se em torno de um denominador comum e produziram reflexões que dão conta dessa abrangência, em suas respectivas áreas de conhecimento e/ou períodos sugeridos (Martins; De Luca, 2008, p. 9).

Alguns autores, caminhando no campo da história cultural, concentraram sua atenção na história das revistas, como revelaram os trabalhos de Tania de Luca e de Ana Luiza Martins, entre outros. Em suas análises, procuraram acompanhar seu processo de criação, suas condições de produção, sua natureza e sua circulação. O destaque aos redatores e demais colaboradores dos impressos periódicos, compreendidos como agentes culturais e políticos, e a suas redes de sociabilidade, foi apresentado por Marco Morel, ao analisar a imprensa durante a primeira metade do século XIX.

Para Angela Alonso, o surgimento de novas tipografias e a implantação de estradas de ferro e do telégrafo teriam impactado de forma contundente a imprensa, especialmente por ter propiciado igualmente o acesso a informações de natureza cultural e política à população, aos grupos sociais alfabetizados (Alonso, 2000).

Neste processo de crescimento da imprensa, projetaram-se publicações periódicas de diferentes naturezas,

⁵ Algumas destas referências: Ana Luiza Martins, Tania de Luca (orgs.). 2008; Lúcia M. B. Neves, Marco Morel, Tânia M. B. da C. Ferreira (orgs.). 2006; Isabel Lustosa. 2003; Marco Morel, Mariana M. de Barros. 2003; Lavinia Madeira Ribeiro. 2004; Marialva Barbosa. 2007; M. Helena R. Capelato. 1988; Nelson W. Sodrê. 1999.

como jornais de grande circulação, jornais do cotidiano, e as revistas, as ilustradas, e as denominadas científico-literárias.

As publicações periódicas criadas neste período caracterizavam-se por uma variedade de temática e de público, e por seu objetivo de alcançar um público mais amplo. Muitas revistas e periódicos apresentavam temáticas/temas bem definidos e especializados, sendo alguns direcionados para um público seletivo, para a elite intelectual, enquanto outros para os demais setores da sociedade, incluindo os trabalhadores e as crianças. Expressava-se interesse por temas/assuntos literários, políticos, científicos e pelas coisas práticas e úteis.

O cenário de publicações periódicas encontrava-se constituído, então, pelos jornais, que se dedicavam especialmente ao cotidiano político da cidade, e pelas revistas literárias ou científico-literárias como se autodenominavam, que procuravam não ser plataformas dos debates políticos e veiculavam textos de naturezas diversas, como literatura, biografias, narrativas de viagens, ensaios científicos e outros. A criação desses novos periódicos refletia uma mudança importante no perfil da imprensa no país, que deixava de ser o espaço exclusivamente dos conflitos políticos e acusações, próprios dos anos do Primeiro Reinado e das Regências, para ser um veículo preocupado com temas de outras ordens, como a literatura e as ciências (Martins, 2008).

O esforço para distinguir as publicações periódicas, como as revistas científico-literárias, segundo sua natureza específica, nos apresenta algumas questões a serem levadas em consideração. Tânia de Luca nos chama atenção para o fato de que a existência ou ausência de alguns elementos, como o público a que se destinam, por si só não configura e diferencia a natureza das denominadas revistas culturais e literárias da natureza das revistas ilustradas. Ressalta, ainda, a importância de uma análise que articule os objetivos, a estrutura, o conteúdo, o textual e o imagético, e seu uso na publicação, e que associe o perfil dos redatores e colaboradores, de forma a poder “discernir o lugar ocupado pela publicação” (Luca, 2011, p. 2-3).

Na análise de um importante conjunto de impressos periódicos brasileiros do século XIX, foi possível depreender que muitos se mantiveram por décadas, outros tiveram uma vida efêmera, e que foram publicados em várias províncias brasileiras da época, como São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Ceará, Alagoas, Paraíba, Pernambuco. Em termos numéricos, destacam-se as províncias do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Pernambuco. Em relação aos aspectos de materialidade destes periódicos científico-literários, estes tinham geralmente 21,5 cm de largura por 12,5 cm, com poucas páginas, geralmente não mais de 12 páginas. A distribuição, via de regra, era mediante a assinatura, mas não se têm dados muito claros quanto à sua tiragem.

Os conteúdos apresentados nos periódicos analisados refletiam uma forte presença de assuntos relacionados aos diversos campos de conhecimento, que integravam os principais debates na sociedade brasileira da época, como a educação e as ciências. Os temas mais frequentemente tratados nas páginas destes periódicos foram: ciência, medicina, instrução, educação, comércio, indústria, higiene, conhecimentos úteis, história natural, agricultura, geografia, descrições, meteorologia, química e física.

O protagonismo da ciência para a educação

No Brasil, desde os anos 50 do séc. XIX, a educação, tanto primária quanto superior, esteve muito presente nos debates parlamentares. Especialmente a partir da década de 1870, este debate se polarizou, radicalizando-se em distintas posições, dos conservadores, dos liberais e dos positivistas. A apologia do ensino livre, o fim da centralização e do monopólio nas instituições, o fim do ensino superior oficial, a criação de universidades, entre outros temas, foram temas nas discussões sobre a educação brasileira. A educação, seus problemas, seus projetos e modelos, foram temas muito presentes nos diversos impressos periódicos, especialmente nas revistas científico-literárias, como a *Revista do Rio de Janeiro*. Esses impressos periódicos muitas das vezes apareceram como instrumentos portadores da missão de promover a educação, e em outras oportunidades como espaços para reflexões sobre a educação brasileira.

A ideia central defendida era de que a educação seria a alavanca para a realização de importantes transformações na sociedade brasileira. Os debates vigentes na Europa entre aqueles que defendiam a formação humanística e aqueles que propugnavam um ensino científico influenciaram as propostas de reformas do ensino ocorridas a partir de 1870 no Brasil. Entre os autores e referências centrais na defesa do ensino científico estava o biólogo inglês Herbert Spencer (1820-1893), com a concepção do papel social da ciência na sociedade e na educação. François Pierre Guillaume Guizot (1787-1874), historiador, orador e estadista francês, foi outro caminho incorporado nas reflexões sobre a educação, com sua proposta de escola pública e de aprofundamento dos estudos em ciências e letras.

Outras referências, especialmente em relação ao método de ensinar, foram Thomas Henry Huxley (1825-1895), biólogo inglês, autor de “Lay Sermons, Addresses and Reviews” (1870), e o ensino a partir de objetos, fenômenos e experiências, e Norman Allison Calkins (1822-1895), com as *lições de coisas*.

Até então, o ensino secundário tinha como objetivo pedagógico a “cultura geral”, vinculada às humanidades clássicas, acessível a uma minoria da população que, por não necessitar prover suas condições de sobrevivência, podia dedicar-se a uma educação literária e humanista. Com a reforma Couto Ferraz de 1854, os estudos realizados no Colégio Pedro II, criado em 1837, foram divididos em duas classes, os “estudos de primeira classe” de caráter mais científico, e os “estudos de segunda classe” eram essencialmente humanistas e literários (Zotti, 2005). Desta forma, diversificando-se os estudos secundários e com a criação de escolas direcionadas à profissionalização, como o Lyceo de Artes e Offícios em 1856, contemplava-se tanto a vertente da formação humanista quanto a da formação científica. Com as reformas encaminhadas, seria mantida a formação letrada da elite, e se viabilizava a habilitação e formação prática de grande parte da população no Brasil, entendida como fundamental para se alcançar o progresso desejado.

Para Roque Spencer (1986), o principal ponto da agenda cientificista era justamente a implementação de uma educação de “índole científica”. Acreditava-se que a ciência poderia proporcionar os vínculos que uniria toda a população. A educação e a ciência foram, na segunda metade do século XIX, ferramentas para as elites latino-americanas promoverem sua ideia de nação.

O ensino das ciências, e seu papel na formação da sociedade brasileira, prosseguiu ainda ao longo das últimas décadas do século XIX, sendo objeto de debates no ambiente do periodismo, e também no campo legislativo. Foi fruto deste contexto, de afirmação da centralidade da ciência, da ciência na educação, que vimos surgir a Reforma proposta pelo Ministro Carlos Leôncio de Carvalho (decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879), que propunha uma reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte e do ensino superior no Império, na qual conferia grande destaque ao ensino de ciências.

Nomeado para liderar a Comissão de Instrução Pública, estabelecida em 1882, para elaborar uma apreciação da reforma de Leôncio de Carvalho, Rui Barbosa apresentou dois pareceres à Câmara de Deputados, intitulados “Reforma do Ensino Secundário e Superior” (1882) e “Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública” (1883). No documento sobre a Reforma do Ensino Secundário e Superior, ele destacou que a solução para o país era a formação da inteligência popular e que “o princípio vital da reorganização do ensino, que o país anela, é a introdução da ciência no amago da instrução popular desde a escola” (Câmara dos Deputados, 1882, p. 8).

Outro aspecto em questão à época era a questão do método até então adotado para se ensinar a ciência, caracterizado fundamentalmente pela repetição e

memorização. Nesta discussão foi introduzido o tema do método intuitivo, conhecido como *lições de coisas*, baseado principalmente em Friedrich Wilhelm August Froebel (1782-1852), educador e filósofo alemão, e Froebel Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), educador suíço. Em seu parecer sobre o ensino primário e as instituições de instrução pública, Rui Barbosa destacou a importância do decreto de 1879 ter introduzido as *lições de coisas* na escola popular. As *lições de coisas* criticavam o ensino fundamentado na memorização e propunham um método de ensino pelas coisas, pelos sentidos, um método intuitivo, que ficou conhecido a partir da obra “Primary Object Lessons for a Graduated Course of Development: A Manual for Teachers and Parents with Lessons for the Proper Training of the Faculties of Children” (1861), de Norman Allison Calkins (1822-1895). Tal método buscava “ensinar a ciência pelas coisas, e não pelos livros, isto é, ensinar as ciências naturais pela observação pessoal do aluno, ensinar as ciências físicas, associando-se o aluno ao mestre na prática dos métodos experimentais” (Barbosa, 1946, p. 288). Rui Barbosa, além de ter destacado a importância das *lições de coisas* em seu parecer, em 1883, já havia traduzido a obra de Calkins em 1881. Sua tradução foi efetivamente publicada em 1886 sob o título de “Lições de coisas”.

Para Vinicius C. Gagliardo, o projeto pedagógico da imprensa, no qual o redator ou articulista assumiu a tarefa de formar um público, consolidou-se especialmente a partir da década de 40, de forma que “a literatura e as ciências passaram a ganhar mais destaque nas folhas impressas, tornando-se os epicentros do projeto pedagógico almejado pelos letrados” (Gagliardo, 2016, p. 54). Assim, a defesa da visão do protagonismo da educação, da importância da formação de uma inteligência popular, e da importância do ensino científico, enfatizada por Rui Barbosa nos anos 1880, já se encontrava presente em anos anteriores, na década de 1840, como uma missão nas páginas dos periódicos científico-literários.

Interessante registrar o papel da imprensa na formação e educação dos moradores em outras províncias, além do Rio de Janeiro e do município da Corte. Muitos impressos periódicos eram encaminhados para outras províncias, levando a educação, os conhecimentos, as informações, a outras regiões, muitas das quais careciam também de espaços institucionalizados como as escolas (Periotto, 2013).

Este projeto pedagógico fundamentou-se nas ciências e nas artes, entendendo-as como potencialmente capazes de transformar a sociedade. Com este propósito, surgiram em várias cidades brasileiras, na segunda metade do século XIX, muitos periódicos que

se apresentavam como instrumentos desse projeto pedagógico, de seu papel na educação e na vulgarização dos conhecimentos. E é nesta perspectiva que apresentamos aqui a *Revista do Rio de Janeiro*.

A Revista do Rio de Janeiro como “un champ nouveau ouvert a l’activité de tous les talents, au profit des lettres, des sciences, des arts, du commerce, de l’agriculture, et de l’industrie”⁶

Em 1º de janeiro de 1876 foi lançada a *Revista do Rio de Janeiro*, na cidade do Rio de Janeiro, com a epígrafe acima apresentada, de autoria do Marechal de Bugeaud. Curiosa epígrafe, tendo em vista sua autoria, a qual a princípio não nos remete para um personagem relevante no campo da instrução ou da ciência. Thomas Robert Bugeaud (Limoges, França, 1784-1849) foi um Marechal de França, e Governador-geral de Argélia. Recebeu o título de Marquês de la Piconnerie e foi considerado o primeiro dos grandes construtores do império francês, um herói, em decorrência da conquista da Argélia. Em outros jornais, especialmente nos jornais diários que circulavam no Rio de Janeiro na época, geralmente a referência ao Marechal de Bugeaud aparecia em matérias, vindas da imprensa europeia, sobre conflitos na França, e sobre o general Louis Jules Trochu (1815-1896), governador de Paris em 1870.

Em 1876, o jornal *A Constituição. Órgão do Partido Conservador*, publicado em Belém do Pará, noticiou o recebimento dos primeiros exemplares da *Revista do Rio de Janeiro*, referindo-se de forma elogiosa à publicação e ao Marechal de Bugeaud:

Recebemos o n. 9 deste importante órgão da imprensa brasileira dedicado á sciencia e á literatura. A sua legenda é um pensamento do Marechal de Bugeaud, e, com efeito, a Revista é um campo aberto a actividade de todos os talentos, ao pleito das letras, sciencias, artes, commercio, agricultura e indústria, a um tempo instrue e deleita (A Constituição, 1876, p. 2).

A *Revista do Rio de Janeiro*⁷ era publicada semanalmente, aos sábados, e cada exemplar apresentava em geral 16 páginas. Sua assinatura, por trimestre, custava 2\$000⁸, e seus números avulsos tinham o preço de 200 réis.

Embora boa parte das revistas que surgiram nessa época, no Rio de Janeiro, apresentassem ilustrações ou gravuras, a *Revista do Rio de Janeiro* não as apresentava em suas páginas. Acreditamos que provavelmente isto decorria da atenção a seu objetivo, que era fundamentalmente vulgarizar as ciências em suas páginas.

A Hemeroteca Digital/Fundação Biblioteca Nacional disponibiliza 6 volumes da publicação⁹, sendo 4 volumes do ano de 1876 e 2 de 1877. De acordo com esses exemplares da Hemeroteca Digital, e com os Anais da Biblioteca Nacional, o último nº da *Revista do Rio de Janeiro* teria circulado entre a data de 1º de janeiro de 1876 e a de 26 de maio de 1877 (Revista, 1965, p. 114).

O editorial da *Revista do Rio de Janeiro* destacou, em seu número de lançamento, a importância da vulgarização das ciências para a instrução e progresso do país:

Um dos meios mais eficazes de favorecer a instrução e o progresso, e ao mesmo tempo prestar valioso serviço ao paiz, que tem tudo a ganhar com a diffusão das luzes, é vulgarisar as sciencias, letras, artes, agricultura, commercio e indústria. Os jornais quotidianos podem contribuir utilmente com artigos mas infelizmente, nem todos tem espaço para eles,

⁶ Na obra de Bugeaud “L’Algérie: Des moyens de conserver et d’utiliser cette conquête. Par le Général Bugeaud. Gouverneur-général de l’Algérie” (Paris, Chez Dentu, 1842), esta frase apresentava-se de uma forma um pouco distinta: “Le monde comprend que la colonisation de l’Algérie n’intéresse pas la France seule, mais aussi l’Europe tout entière; il y voit une conquête de la civilisation sur la barbarie et un champ nouveau ouvert à l’activité de toutes les nations, au profit des arts, des sciences, du commerce et de l’industrie qui commandent la paix” (p. 101-102).

⁷ Em nossa pesquisa, encontramos um registro sobre uma outra *Revista do Rio de Janeiro*, que teria surgido em 1883. O periódico *A Cremação. Periodico recreativo*, de propriedade de “uns pandegos” e lançado em 19 maio de 1883, noticiou o surgimento de uma nova publicação trimestral, a «Revista do Rio de Janeiro», editada pelo Sr. Nicolau Alves a partir de novembro daquele ano (*A Cremação*, 1883, p. 3). Nicolau Antônio Alves (1827-1902), livreiro português que chegou ao Rio de Janeiro em 1839, que fundou, em 1854, a Livraria Classica de Nicolau Alves, na rua dos Latoeiros (atual Gonçalves Dias), especializada na área de livros acadêmicos. Em 1863, chegou de Portugal seu sobrinho Francisco Alves de Oliveira (1848-1917), e com este dirigiu a editora, que se tornaria uma das mais importantes na publicação de obras didáticas no período. Francisco Alves de Oliveira, em 1873, estabeleceu-se como livreiro independente na Rua São José nº126, e em 1882 assumiu a gerência da Livraria Clássica, então denominada Alves & Cia. Francisco Alves aumentou sua participação no capital da empresa, a qual, em 1897, passou a chamar-se Livraria Classica, de Francisco Alves. Pelas informações disponíveis até o momento, não foi possível definir algum grau de parentesco entre Nicolau Antônio Alves e Serafim José Alves, editor da *Revista do Rio de Janeiro* criada no ano de 1876. Entretanto, Nicolau Antonio Alves, inclusive, teria movido, em 1874, um processo sobre propriedade literária contra Serafim José Alves e João Martins Ribeiro, acusando-os de terem juntos levado a efeito a edição das obras “Trechos clássicos aprovados pelo Governo Imperial para as versões nos exames de latim, francez e inglez e Beautés de Chateaubriand ou Morceaux choisis des martyrs et du génie di christianimse suivi etc.”, sobre as quais ele Nicolau Antônio Alves, teria direito (GODOI, Rodrigo. 2017).

⁸ Para uma avaliação dos valores da assinatura da revista, importa informarmos outros valores praticados em 1876: livro “O crime do Padre Amaro”, de Eça de Queiroz 1\$5000; 1 kg de carne verde 360 réis; uma calça de brim p/homem 2\$000; uma botina p/ homem 4\$500; um camarote de 1ª ordem no teatro 12\$000; trimestre p/alunos de instrução primária em um internato particular 20\$000.

⁹ No acervo da Hemeroteca Digital/BN, a contagem dos exemplares digitalizados e disponibilizados totaliza 78 números: vol. I – 13 números; vol. II – 13 números; vol. III – 14 números; vol. IV – 13 números; vol. V – 13 números; vol. VI – 12 números. Disponível na Internet: <http://bdn.digital.bn.br/acervo-digital/revista-rio-janeiro/342920>

e nem todos conservá-los. Reunir em um volume artigos que mereçam ser estudados, e que encerrem os principais progressos das ciências, eis o fim a que se propõe esta publicação. Literária, filosófica, imparcial e independente, a Revista do Rio de Janeiro se consagra à mocidade e ao progresso (Revista do Rio de Janeiro, 1876a, p. 1).

Afirmava, assim, o objetivo destas publicações, o de vulgarizar para o público em geral, e destacava que, para tal, era importante adotar um modelo adequado nos textos publicados, mais ameno e acessível aos leitores, “o que ainda não se fez entre nós, vai ela fazê-lo: dar aos leitores um agradável e útil passatempo, fornecendo-lhes leitura amena sobre ciências, letras e artes, política, comércio, viagens, romances, revista de teatros e crônica da capital” (Revista do Rio de Janeiro, 1876a, p. 2).

A Revista do Rio de Janeiro estava estruturada nas seguintes seções apresentadas abaixo.

Embora a proposta dos responsáveis pela *Revista do Rio de Janeiro* fosse alcançar um público amplo e favorecer a instrução daqueles que dela careciam, podemos e devemos considerar o sucesso parcial desta sua meta. Como sabemos, naquela época, o número de indivíduos que sabiam ler e escrever, que tiveram acesso ao processo de escolarização, representava uma pequena parcela da população do município da Corte, da província do Rio de Janeiro, e mesmo das demais províncias do Império brasileiro. A instrução, inclusive a primária, era privilégio de uma parcela da sociedade. As chamadas camadas populares, que se encontravam alijadas do processo educacional, configuravam o público-alvo, ao qual os vulgarizadores das ciências dedicaram a publicação de seus impressos periódicos, como a *Revista do Rio de Janeiro*. Se em termos de público leitor sua circulação ficava, provavelmente, restrita a certos grupos sociais, em termos espaciais a publicação era encaminhada para fora da província do Rio de Janeiro, conforme atestavam os anúncios e matérias em jornais de outras regiões.

Em 1877, iniciou-se um novo momento na *Revista do Rio de Janeiro*, com uma mudança em seu corpo de

redatores. O editor Serafim José Alves relatou, em 6 de janeiro de 1877, que a redação ficaria, a partir de então, a cargo de Arthur Azevedo, teatrólogo, poeta, contista e jornalista (Revista do Rio de Janeiro, 1877a, p. 1). Nesta mesma edição, publicaram uma nova apresentação dos objetivos centrais da publicação, do programa da publicação, mantendo, em nosso entendimento, as linhas mestras propostas deste seu lançamento, como uma publicação que buscava apresentar a ciência de uma forma acessível ao público leigo, e promover a educação:

Analysar franca, sincera e miudamente a arte nas suas tríplexes manifestações do teatro, da tribuna e da imprensa; Arvorar um pendão de paz e trabalho para os talentos desfavorecidos da fortuna; Desbastar a sciencia das urzes e bravezas que tolbem o passo às intelligencias menos de comuns; Discutir, sem se apartar do terreno da bôa educação, assumptos de reconhecida vantagem; Conservar-se completamente neutral na lucta dos partidos políticos militantes; Eis o programma que a nova redacção da Revista do Rio de Janeiro tem a honra de oferecer aos seus leitores, implorando sua animação e benignidade (Revista do Rio de Janeiro, 1877a, p. 1).

Interessante retomar aqui alguns aspectos ressaltados por Bernadette Bensaude-Vincent com relação à linguagem adotada pelos vulgarizadores. Afirma que os vulgarizadores, apresentando-se como “artistas esventrando os segredos da natureza ao fogo do seu génio”, usavam de uma “simplicidade grandiosa, majestosa” para se contrapor à linguagem formal do especialista. Neste sentido, a “ciência para todos” poderia ser compreendida como um contrapeso epistemológico da especialização e da formalização das ciências (Bensaude-Vincent, 2000, *apud* Malaquias, 2019).

Além disso, cabe também aqui trazer a questão da hierarquização dos saberes e da limitação da própria visão de vulgarização dos conhecimentos. A ideia de se constituir um público para ciência pode ser entendida como uma estratégia para legitimidade científica, onde

Seções	
Bibliografia	Poesia
História Natural	Romance
Literatura	Ciências Ocultas
Matemáticas	Variedades
Física	Ciência e filosofia
Fisiologia	Ciência popular

estariam presentes relações de poder e dominação, relações estas que poderiam estar sendo encobertas pelo uso da expressão e intenção de uma “ciência para todos”. Poderíamos, então, entender que essa relação hierarquizada nos apresentava, de um lado, aqueles que seriam responsáveis pela produção dos conhecimentos e, de outro, aqueles que consumiriam aquela produção de conhecimentos. Numa visão analítica mais tradicional sobre a vulgarização das ciências, estaríamos entendendo essa relação hierarquizada entre os que seriam as autoridades indiscutíveis, que produziam os conhecimentos, e aqueles que seriam ignorantes e passivos, que consumiam essa produção. Mas, ressalta Bernadette Bensaude-Vincent, devemos caminhar numa outra direção e compreender que ambos, o especialista e o leigo, concorrerem para a construção do conhecimento.

Nesta nova etapa da *Revista do Rio de Janeiro*, a estrutura de seções praticada então foi mantida em grande parte, tendo sido acrescentadas as seções “Expediente”, “Sciencia popular”.

Esta sua estrutura de seções nem sempre agradou ao público, como percebemos numa nota da editoria da *Revista do Rio de Janeiro*, publicada em resposta a um questionamento que foi encaminhado sobre o conteúdo e perfil da revista:

Sr. que não assignou. [...] Diz V.S. que os principaes factos semanaes já foram inseridos nas folhas diárias [...] o que tomará na Revista um espaço precioso mais dignamente occupado por um romance. A esta consideração, V.S. que, aqui para nós que alguém nos lê, parece-nos ½ tolo, acrescenta que a Illustração do Brazil publicava as mesmas coisas, [...]. A esta enfiada de parvoices, [...] resolvemos, porém, tomar a serio a sua missiva anonyma e offerecer ao seu critério (?) as seguintes réplicas: A Revista do Rio de Janeiro (repare bem: Revista do Rio de Janeiro...), si deixasse de dar publicidade e com mento aos principaes acontecimentos da semana, deixaria também de ser o que seu nome indica. Revista, segundo o dictionario de Moraes, que é o que temos mais à mão, significa resenha. Já vê V. S. que convém façamos resenha de alguma cousa. Não nos guiamos por nenhum outro periódico de nossa terra. Demais uma illustração não pôde servir de norma a uma revista. Si, como diz V. S., meio mundo já souber dos factos que nos derem assumpto ás chronicas, resta-nos o outro meio mundo, que não tem culpa de ignorar o que V. S. sabe. Quanto ao romance: a Revista já publica um que, desde que ella existe, moureja por suas columnas, seguido sempre de um indefectível continúa. [...] Quanto a charadas, quem as quer, vae á Gazeta de Noticias, que

as sabe dar todos os dias, bem feitas e baratinhas, a seus leitores, e não as procura em revistas litterarias e scientificas. Não nos consta que a charada pertença a qualquer provincia da litteratura ou da sciencia. No emtanto, para fazermos a vontade a V. S. que, apesar de não ter assignado a sua carta, bem pode assignar a Revista, abi lhe damos uma, e da novíssima fôrma: 1 — 1. Este frade tem um artigo entre os dentes. E si adivinhar, metta-o na boca” (Sr. que não assignou, 1877, p. 17-18).

Em 1877, a seção “Expediente” publicou uma nota reafirmando o propósito de buscar o engrandecimento e importância da publicação, e apresentando o quadro de seus colaboradores, o qual, embora diminuto em relação ao ano anterior, era formado por expressões da intelectualidade nacional:

O numero dos collaboradores, diminuto ao principio, de presente, mercê de nossos esforços, compõe-se dos srs., alguns dos quaes vantajosamente collocados na litteratura nacional: Miguel Lemos, J. E. Teixeira de Souza, R. Teixeira Mendes, Theophilo Dias, A. Fontoura Xavier, Dr. Generino dos Santos, Lins de Albuquerque, A. Pereira Simões, Vicente Barreiros, Dr. F. A. Ferreira da Luz, Dr. Casimiro de Assis, Cypriano de Carvalho, R. T. Leitão de Almeida, Arthur Barreiros e Arthur Azevedo (Revista do Rio de Janeiro, 1877b, p. 1).

“O apoio de todos os homens sinceros” – os editores e colaboradores

No editorial do primeiro número da *Revista do Rio de Janeiro*, foi destacado que aquela iniciativa editorial contava “com o apoio de todos os homens sinceros que nutrem n’alma o amor do progresso e da liberdade, e esperamos que elles contribuirão para a realização do fim a que se propõe esta publicação, espalhando e propagando os conhecimentos mais úteis á sociedade” (Revista do Rio de Janeiro, 1876a, p. 1).

Entre os ditos “homens sinceros” que implementaram o projeto da *Revista do Rio de Janeiro*, em 1876, estavam seu editor Serafim José Alves (Bahia, 1820-1895?), seus redatores Leo Junius (José da Rocha Leão Junior) (1823-1884) e Arthur Azevedo (São Luís, Maranhão, 7 de julho de 1855 - Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1908), e os diversos colaboradores.

Serafim José Alves, editor da *Revista do Rio de Janeiro* em seu lançamento, era proprietário da Livraria

Econômica Serafim José Alves¹⁰. Como editor dedicou-se especialmente à instrução e às ciências, editando livros como “Arithmetica”, em 1876, “redigido segundo os pontos do novo programma da instrucção publica para os exames de preparatorios na côrte e provincia” (Noticiario, 1876, p. 1). Nesta perspectiva, foi editor do periódico *A Escola. Revista de Educação e Ensino*, criado em 1877 com o objetivo de discutir e estudar as questões do ensino e os interesses do magistério, dirigido pelo bacharel em direito Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira (1836-1884). Em fevereiro de 1878, Serafim José Alves tornou-se agente no Brasil do periódico *Os Dois Mundos. Ilustração para Portugal e Brasil*, revista mensal ilustrada dedicada à literatura, artes e ciências, cujo primeiro número fora lançado em 31 de agosto de 1877, sob a direção do intelectual e tradutor português Salomão Bensabat Saragga (1842-1900), tendo Francisco Gonçalves de Queiroz como agente no Brasil, e David Corazzi como gerente em Portugal. Serafim foi também editor da obra “Novo methodo practico e facil de aprender a Lingua Ingleza segundo os principios de F. Ahn”, de Johann Franz Ahn (1796-1865), adaptada para a língua portuguesa, em 1873, por Manuel Pacheco da Silva Junior (1842-1899), médico e reitor do Imperial Collegio de Pedro II.

A atuação do editor Serafim José Alves, na promoção da instrução no país, foi destacada por Antonio Estevam da Costa e Cunha (1839-)¹¹, colaborador do periódico *A Escola. Revista de Educação e Ensino*, em uma matéria nesta publicação no momento em que Luiz Joaquim Duque Estrada Teixeira (1836-1884)¹² tornou-se o editor da mesma:

O activo e popular editor Sr. Serafim José Alves, praticando por mais de uma vez. comnosco sobre o movimento da instrucção e educação nacional, fazia-nos notar a falta que havia no nosso jornalismo de um periódico-livro exclusivamente dedicado a assumpto de tão vital interesse, e consagrado aos mestres, aos paes de família, aos alumnos, a todos os zelosos do progresso intellectual e moral deste paiz [...]. Reconhecer um mal e procurar remedial-o são cousas que acodem simultaneamente ao espirito dos homens empreendedores e uteis. Foi assim que em Dezembro ultimo resolveu o Sr. Serafim José Alves editar a Escola, [...] (Cunha, 1877, p. 57).

Serafim José Alves era referido na imprensa como um “muito acreditado livreiro desta corte, e dedicado apreciador do progresso litterario de nosso paiz” (Um novo livro clássico colegial, 1875, p. 3). Sua presença no mundo editorial da cidade do Rio de Janeiro provocava inclusive alguma comparação com outros editores de renome à época, como percebemos em uma nota publicada na *Revista Illustrada*, em 1877, que, ao noticiar a edição, por Serafim José Alves, da obra “Grammatica Elementar”, comentava que “e não é que o Sr. Seraphim está fazendo concorrência ao Sr. Garnier?...” (Livro da porta, 1877, p. 2). Baptiste-Louis Garnier (1823-1893), um dos irmãos Garnier (François-Hippolyte Garnier, Auguste Désiré Garnier), era proprietário de Livraria B. L. Garnier na rua do Ouvidor e integrava, juntamente com os irmãos Laemmert, Eduard (1806-1880) e Heinrich (1812-1884), o grupo de livreiros e editores que se estabeleceram no Rio de Janeiro, responsáveis pelo crescimento do mercado editorial ao longo do século XIX.

O responsável pela redação da *Revista do Rio de Janeiro*, quando foi lançada em janeiro de 1876, era Leo Junius, um dos pseudônimos do médico José da Rocha Leão Junior (1823-1884). Nascido na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, filho de um comerciante português, José da Rocha Leão Junior estudou no Imperial Collegio de Pedro II, realizou o curso médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e atuou por muitos anos na Junta Central de Hygiene Publica (1849-1863), e no Instituto Vaccinico do Imperio (1858), como Inspetor de Quarteirão. Colaborou com vários jornais e periódicos, como o *Jornal do Commercio*, *O Globo*, *Gazeta de Noticias*, *Cruzeiro*, *Sul-Mineiro*, *Provincia do Rio*, *A Marmota*, *Revista Brazileira*, *Revista Popular*, *Jornal das Familias* (sob o pseudônimo de Leo Junius) e *Omnibus Litterario*, uma folha de instrução e recreio. Autor de matérias em periódicos e de inúmeras obras, como “Romances e Typos” (Rio de Janeiro, Typographia Americana de José Soares de Pinho, 1858), “Os libertinos e tartufos do Rio de Janeiro: polygraphia” (Rio de Janeiro, Typographia F. de Paula Brito, 1860), e “Os subterrâneos do Morro do Castelo. Seus mysterios e tradições” (Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro e C. Pires de Almeida, 1878). Esta última, inspirada em “Mystères de Paris”, obra do escritor francês Eugène Sue (Marie-Joseph Sue) (1804-1857), que havia

¹⁰ Em 1851, Serafim José Alves fundou a Livraria Econômica Serafim José Alves, tendo sido instalada na Praça D. Pedro II nº 16, Largo do Paço (atual Praça 15 de novembro). As instalações da livraria sofreram, em 3 de fevereiro de 1877, um incêndio. No ano de 1878 já aparecem anúncios registrando nova sede da livraria, na rua Sete de Setembro nº 83. A Livraria Econômica Serafim José Alves publicou muitos livros, em várias áreas: ciências, romances, ilustrações, teatro, educação, devoção. Foi responsável pela edição de obras de Castro Alves, “O Navio Negreiro. Tragédia no mar” (1880), de Adolfo Caminha, “Voos incertos” (1886), de Artur Azevedo, “A Casadinha de Fresco” (1876) e de Silvío Romero, “Uma esportezza: os cantos e contos populares do Brasil e o Sr. Theophilo Braga. Protesto por Sylvio Romero” (1887). Em 1879, a empresa de Serafim José Alves era denominada Typographia da Escola de Serafim José Alves. Em 1892 ainda apareciam anúncios sobre Serafim José Alves como livreiro-editor, estabelecido na rua Sete de Setembro, nº 83, onde dispunha de um sortimento de obras literárias, comerciais e científicas.

¹¹ Antonio Estevam da Costa e Cunha, farmacêutico, jornalista e autor de “Novo methodo teórico-pratico de análise sintática” (1874).

¹² Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira, bacharel, formado na Faculdade de Direito de São Paulo, filiou-se ao Partido Conservador em 1863 e foi deputado pela província do Rio de Janeiro em várias legislaturas.

sido publicada em fascículos no *Journal des Débats* (1842-1843), era uma história romanceada centrada sobre os mistérios e tesouros dos jesuítas que se acreditava existirem nos subterrâneos do morro do Castelo, no centro da cidade do Rio de Janeiro. No Morro do Castelo haviam sido erguidos ou instalados, ao longo dos séculos XVIII e XIX, construções que abrigaram instituições como o Colégio dos Jesuítas, o Hospital Real Militar e Ultramar, e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. Em 1905, Lima Barreto publicou no *Correio da Manhã* uma série de crônicas¹³ sobre os subterrâneos do Morro do Castelo e a busca de tesouros, destacando as questões decorrentes da proposta de sua demolição, no cenário das reformas da cidade do Rio de Janeiro.

A partir de 6 de janeiro de 1877, a redação da *Revista do Rio de Janeiro* ficou a cargo do teatrólogo, poeta, contista e jornalista Arthur Azevedo (São Luís, Maranhão, 7 de julho de 1855 - Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1908). Arthur Azevedo, juntamente com outros intelectuais, integrou o quadro de fundadores da Academia Brasileira de Letras, estabelecida no Rio de Janeiro, em 1896, e presidida por Machado de Assis. Foi professor de português do Colégio Pinheiro, Diretor-Geral no Ministério da Viação e Obras Públicas (1908), mas dedicou-se principalmente ao jornalismo, tendo colaborado com inúmeros jornais como *O País*, *Diário de Notícias*, *A Notícia*, *Diário do Rio de Janeiro*, *A Estação*, *Correio da Manhã*, *Kósmos* e *O Século*. Arthur Azevedo utilizava em seus textos vários pseudônimos¹⁴, como “Elói o herói”. Autor de inúmeras peças de teatro, como “O Rio de Janeiro em 1877”, em parceria com Lino d’Assunção, e “O Liberato” (1881), essa em defesa de abolição, Arthur Azevedo dirigiu a *Revista do Teatro*. Foi também autor de contos, contos em verso e poesias, entre estes “Carapuças” (1871), “Sonetos” (1876), “A joia” (1879), “Contos possíveis” (1889), e “Contos fora de moda” (1894).

As páginas da *Revista do Rio de Janeiro* nem sempre identificavam os colaboradores, os autores dos artigos e matérias. Mas, em 1876, primeiro ano da publicação, podemos identificar os seguintes colaboradores:

- Joaquim Villa Nova Junior, proprietário do periódico *Echo do Imperio. Jornal do commercio, lavoura, indústria e literatura* (1884);

- Augusto Emílio Zaluar (1826-1882), escritor e jornalista português, e autor da obra de ficção científica “O Doutor Benignus”, sob a influência de obras de Júlio Verne;

- Joaquim José Menezes Vieira (1848-1897), médico, professor de medicina doméstica na Escola Normal,

fundador e diretor do Pedagogium, museu escolar do Distrito Federal e editor da *Revista Pedagógica*, (1890);

- José Raymundo de Vasconcellos, professor, e colaborador do periódico *A Instrução Pública*;

- Aarão Leal de Carvalho Reis (1853-1936), professor, engenheiro e autor de “A instrução superior no Império” (1875);

- Ladislau de Souza Mello Netto (1838-1894), botânico e diretor do Museu Imperial e Nacional (1875);

- Charles Frederic Hartt (1840-1878), naturalista, diretor da Comissão Geológica do Império;

- Carlos Luiz Saules Junior, repetidor de ciências naturais do Imperial Collegio de Pedro II (1873) e professor da seção de mineralogia do Museu Imperial e Nacional (1877);

- Manoel da Gama Lobo (1832-1883), médico, especialista no campo da oftalmologia;

- Manoel Vieira da Fonseca (1832-1911), médico, autor de “Estudo sobre a água potável e econômica, com aplicação à capital da Província do Rio de Janeiro”;

- Sylvio Romero (1851-1914), escritor, crítico literário e professor;

- Luiz Rapahel Vieira Souto (1848-1922), engenheiro e professor da Escola Politécnica, no Rio de Janeiro.

Entre os autores das poesias publicadas estavam A. Alipio Ferreira Fleury, João Godoy e Francisco Antunes Ferreira da Luz (1853-1896), médico e escritor riograndense.

Em 1877, quando a *Revista do Rio de Janeiro* passou a ter Arthur Azevedo (1855-1908) como seu redator principal, integravam o quadro de colaboradores filósofos, médicos, matemáticos e professores como Miguel Lemos, José Eduardo Teixeira de Souza, Raymundo Teixeira Mendes, Adolpho Generino dos Santos, Roberto Trompowsky Leitão de Almeida, Antonio Pereira Simões e Arthur Azevedo, entre outros.

Entre estes colaboradores, muitos destes estreates na publicação, percebemos uma presença maior de personagens vinculados à corrente do pensamento positivista no Brasil:

- Miguel Lemos (Niterói, 1854 - Petrópolis, 1917), filósofo de orientação positivista, que estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, junto com Raymundo Teixeira Mendes (1855-1927) e Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), fundou, em 1876, a Sociedade Positivista Brasileira.

- José Eduardo Teixeira de Sousa (1852-1922). Doutorou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com a tese “Influência das experiências fisiológicas sobre o progresso

¹³ Em 1997, as crônicas de Lima Barreto foram reunidas em uma obra “O Subterrâneo do Morro do Castelo”. Organização, [introdução e notas] de Beatriz Resende. 2ª ed. Rio de Janeiro: Dantes, 1997

¹⁴ Pseudônimos: Eloy o heroe, A Gavroche, Petronio, Cosimo, Juvenal, Dorante, Frivolino, Batista o trocista, Cractchi, Passos Nogueira, Frivolino..

da medicina prática” (1879), onde proferiu palestras sobre Broussais e a medicina positiva. Foi poeta, jornalista e professor de Sociologia do Colégio Militar, e um dos primeiros a integrar a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, em 1878.

- Raymundo Teixeira Mendes (1855-1927), matemático, positivista, autor, com Miguel Lemos, da primeira tradução da obra “Geometria Analytica” de Comte (1875) e redator de *A Crença*, publicação que veiculava as ideias positivistas.

- Roberto Trompowsky Leitão de Almeida (1853-1926): cursou a Escola Militar; matemático; repetidor e assistente da cadeira de analítica e cálculo diferencial e integral da Escola Militar; assinou documento de fundação da Sociedade Positivista do Brasil. Autor de várias obras, entre estas Licções de Geometria Algebrica (1903), em memória a Auguste Comte.

- Cypriano José de Carvalho: professor (1883-1887) e diretor (1910-1913) da Escola Normal de São Paulo; positivista.

Outras expressões do cenário intelectual brasileiro eram, igualmente, colaboradores da *Revista do Rio de Janeiro*, em 1877:

- Felix Ferreira (1841-1898) era escritor, jornalista, livreiro, vulgarizador, responsável pela criação, em 1881, da coleção Biblioteca para Todos, que publicava romances, contos, poesias, história e ciência popular.

- José Lino de Almeida (1836-1888), jornalista, sócio e 2º secretário da Sociedade Propagadora das Belas-Artes, colaborador de diversos periódicos, como *Sciencia para o povo*, e editor proprietário de *A Imprensa Industrial. Revista de litteratura, sciencias, artes e industrias*¹⁵.

- Theophilo Odorico Dias de Mesquita (1854-1889), advogado, poeta, colaborador de periódicos paulistas como o *Liberal Paulista*, e sobrinho de Gonçalves Dias.

- Arthur Azevedo (1855-1908), poeta, dramaturgo e contista.

- Adolpho Generino dos Santos (1848-1937), formado em direito pela Faculdade de Recife, colaborador de periódicos de Pernambuco, S. Paulo e Rio de Janeiro, e autor de “Os Lázarus” (1877).

- Francisco Antunes Ferreira da Luz (1853- 1896), médico formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, poeta, escritor e autor de “Harmonias Ephemerias” (1876).

- Arthur Barreiros (1856-1885), jornalista e crítico literário brasileiro.

- Miguel Archanjo Lins de Albuquerque (-1886), poeta, autor de “Filhos das Sombras” e colaborador de periódicos como *O Mequetrefe*, *Comedia Popular* e *Revista Litteraria*.

- Antonio Pereira Simões (-1908), sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

- Antonio Vicente da Fontoura Xavier (1856-1922), jornalista, tradutor, poeta e diplomata.

Imbuídos da ideia de uma ciência para todos, foram responsáveis pelo surgimento de muitos periódicos científico-literários, na segunda metade do século XIX, que dedicaram suas páginas à vulgarização das ciências. Apresentavam uma grande diversidade de formação e de origem profissional, destacando-se a presença de advogados, escritores, professores e médicos. Estes autores e agentes, identificados como proprietários, editores ou redatores da *Revista do Rio de Janeiro*, podem ser compreendidos como “intelectuais mediadores”, “no caso, intelectuais que atuam, exclusiva ou paralelamente, como mediadores culturais” (Gomes; Hansen, 2016, p. 9). Esses intelectuais mediadores, embora de perfil e origem profissional diversos, compartilhavam da ideia de construção da nação civilizada e eram os agentes da produção de conhecimentos sobre a terra brasileira (Vergara, 2011).

A interpretação proposta por Angela Alonso (2000) em relação à separação “intelectuais” e “políticos” é bem interessante para nossa análise, tendo em conta o perfil dos responsáveis pelo surgimento dos periódicos científico-literários que, na segunda metade do século XIX, dedicaram suas páginas à vulgarização das ciências. Ao analisarmos suas trajetórias, percebe-se claramente que, muitas das vezes, as mesmas pessoas ocupavam tanto a esfera intelectual quanto a política. Ou seja, muitos atuavam como redatores, estudiosos ou professores, por um lado, e, por outro, ocupavam postos e/ou atuavam em atividades públicas e políticas. Registramos, também, que alguns desses intelectuais, que tinham uma presença importante no campo da educação formal e atuavam em postos públicos, também escreviam manuais e publicavam nos impressos periódicos, como a *Revista do Rio de Janeiro*, ocupando espaços fora dos limites institucionais da educação formal.

Essas distintas esferas de atuação se entrelaçavam em suas trajetórias, nas trajetórias destes “intelectuais mediadores”.

As páginas da *Revista do Rio de Janeiro* na imprensa

A *Revista do Rio de Janeiro* foi objeto de matérias e anúncios em diversos jornais e outras publicações periódicas brasileiras, memo antes de seu lançamento em 1º de

¹⁵ A *Imprensa Industrial. Revista de litteratura, sciencias, artes e industrias* tinha como objetivo a “vulgarização das conquistas da inteligência humana, acomodando-as ao alcance de todas as compreensões” (Almeida, 1876, p. 1).

janeiro de 1876. A *Gazeta de Noticias*, em sua edição de 20 de dezembro de 1875, já havia anunciado o lançamento da publicação que se realizaria no início do ano seguinte, destacando sua utilidade na vulgarização dos progressos nas letras, ciências e artes (*Gazeta de Noticias*, 1875, p.2). Após seu lançamento, inúmeras notícias e anúncios sobre a *Revista do Rio de Janeiro* foram sendo periodicamente publicados em jornais e revistas, os brasileiros *O Globo*, *Orgão da Agencia Americana Telegraphica dedicado aos interesses do Commercio, Lavoura e Industria*, *O Figaro*, a *Tribuna Pharmaceutica*, o *Jornal do Recife*, e *O Conservador*. *Jornal Politico, Noticioso e Commercial da Provincia de Santa Catharina*, e estrangeiros como o *Deutsche Zeitung: für Brasilien*.

As demais publicações periódicas ressaltavam não só a utilidade do lançamento, mas a importância de seu redator, Leo Junius:

É este o nome de um jornal hebdomadário que se publica na corte, sob a inteligente direção e redação de Leo Junius. [...] As sciencias, literatura, artes, agricultura, commercio e indústria, a que se dedica a Revista, tem pois, mais um ilustre e denodado campeão na imprensa brasileira (O Conservador, 1876, p. 2-3).

Logo após seu lançamento, a *Tribuna Pharmaceutica*, ao noticiar o recebimento do primeiro número da *Revista do Rio de Janeiro*, comentou que, embora a revista tenha como divisa variados assuntos, a literatura, as ciências, as artes, a agricultura, o comércio e a indústria, no exemplar recebido vários destes temas foram excluídos. Desta forma, recomendava aos redatores da publicação que retomassem os artigos fundamentais “de sua profissão de fé, onde palpitante e positiva existe a utilidade”. Denunciava, especialmente, a ausência de artigos referentes a temas ligados à agricultura, à lavoura, à instrução agrícola, fundamentais para o bem geral e para riqueza pública, especialmente num contexto em que se aproximava a mudança do trabalho servil para o livre:

A instrução agrícola, que deve preparar os futuros lavradores e agrônomos, derramando o gosto pela cultura dos campos, educando a mocidade [...], precisa ser com insistência reclamada pela imprensa, a quem compete guiar a opinião nas suas consequencias e nas causas próximas que a determinam urgente necessária. A passagem próxima do trabalho servil para o trabalho livre na agricultura, é sem duvida matéria digna de serias preocupações, para que deixe de tomal-a em consideração a Revista do Rio de Janeiro (Tribuna Pharmaceutica, 1876a, p. 147-148).

Os anúncios e matérias nos jornais e periódicos transmitiam e identificavam, também, a proximidade da

Revista do Rio de Janeiro com a obra de Comte. A Livraria do Povo veiculava, na *Gazeta de Noticias*, anúncios dos livros e coleções que se encontravam à venda por preços módicos, em sua sede, na Rua de São José nº 65 e 67, na cidade do Rio de Janeiro, incluindo a “*Revista do Rio de Janeiro*, contendo todas as obras de mathematica e astronomia, de Augusto Comte, simplificadas e postas ao alcance de todas as intelligencias, e muitos outros importantes artigos acerca das teorias positivistas. 6 grossos vols.” (*Livros Baratissimos*, 1883, p. 6).

Na edição de abril-maio de 1876 da *Tribuna Pharmaceutica*, além dos elogios à publicação da *Revista do Rio de Janeiro*, uma matéria deu destaque à série de artigos com a epígrafe “*Matemática*” e a influência das ideias de Comte:

Esta palavra em si só, posta no singular, revela a quem conhece o eminente Augusto Comte, que o autor do trabalho da Revista do Rio de Janeiro, a quem nos referimos, está senhor das idéas do moderno philosopho, das quaes parece-nos convicto propagador. [...] A par d’estes grandes mathematicos ressusgem na colaboração do escritor outros patriarcas da sciencia, como o celebre Descartes, o afamado Lagrange e tantos outros que a historia da filosofia e da mathematica oferecem ao conhecimento (Tribuna Pharmaceutica, 1876b, p. 248).

Ciência e ideário positivista nas páginas da *Revista do Rio de Janeiro*

No Brasil, na segunda metade do século XIX, quando as noções de ciência, de progresso e de instrução eram mobilizadas por intelectuais e políticos nos discursos e debates, um conjunto de periódicos se projetaram com a missão de promover a vulgarização dos conhecimentos e a instrução do povo.

Para Sylvio Romero, o cenário cultural no Brasil, nos anos 1860-1870, assim se apresentou:

O decênio que vai de 1868 a 1878 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa labuta espiritual. Quem não viveu nesse tempo não conhece por ter sentido diretamente em si as mais fundas comições da alma nacional. [...] Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de trinta anos, hoje, são elas correntes e andam por todas as cabeças, não tem mais o sabor da novidade, nem lembram mais as feridas que, para as espalhar, sofremos os combatentes do grande decênio. Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica

religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da instituição do direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarme partiu da Escola do Recife (Romero, 1926. p.XXIII-IV).

Angela Alonso (2000), entretanto, ao apresentar uma nova interpretação para o movimento intelectual da geração 1870, procura contrapor-se às visões interpretativas mais comuns, as quais geralmente subdividem os integrantes desta geração segundo sua filiação a correntes intelectuais europeias, ou seja, cientificismo, positivismo, liberalismo, spencerianismo e darwinismo social. Questiona, igualmente, a visão/acusação de que esta geração não teria se envolvido com problemas da sociedade brasileira e se interessado somente em construir novos sistemas filosóficos, imitando as correntes filosóficas e modas europeias. Afirma, ainda, que as categorias “darwinismo”, “positivismo”, “spencerianismo” e “liberalismo” foram redefinidas e apropriadas de diferentes formas pelos intelectuais. Das diferentes apropriações e subsequentes controvérsias surgiram as divisões, as facções, como os positivistas *lafittistas*, os *littréistas*, por exemplo (Alonso, 2000).

Em contraposição, Alonso toma como argumento, do campo da sociologia, que “as formas de pensar estão imersas em práticas e redes sociais”, de maneira que pensar e agir não podem ser compreendidos de forma separada. Neste caminho, questiona o pressuposto da autonomia do campo intelectual, no século XIX, presente em muitas das outras interpretações. Lembra, ainda, que o próprio termo “intelectual” recém, nos anos 1870, se institucionalizara na França. Desta forma, considera anacrônica a separação entre “intelectuais” e “políticos” naquele momento, pois inexistia um grupo social vinculado e próprio à produção intelectual (Alonso, 2000).

Parte, então, da experiência social compartilhada pelos integrantes da geração de 1870, como sua situação marginalizada diante das principais instituições imperiais. E, assim como os intérpretes do movimento intelectual da geração de 1870, compartilhavam de ideias e práticas, pensavam a construção da nação e os conhecimentos sobre o país, e não se encontravam separados da vida política (Alonso, 2000). Para Alonso, este movimento intelectual de 1870 deve ser compreendido como um movimento de contestação, de crítica ao *status quo* monárquico e aos programas de reformas.

E, partindo dessas perspectivas sobre os intelectuais, suas formas de pensar e as de agir, buscamos compreender as referências, concepções e demais temas das ciências presentes nas páginas da *Revista do Rio de Janeiro*.

Luiz Otávio Ferreira, em suas reflexões sobre o positivismo no Brasil, o destaca como tendo sido “a referência obrigatória para os intelectuais e cientistas

brasileiros”. Comenta, ainda, que o positivismo não deve ser visto como um conjunto homogêneo, pois nele estariam presentes diferentes tendências:

A primeira delas seria o cientificismo, isto é, a crença na capacidade da ciência em descobrir as leis que regem os fenômenos sociais e naturais e de fornecer os instrumentos de explicação e de intervenção na realidade. A ciência é vista como a alavanca do progresso e da civilização, como meio para informar e conformar diagnósticos do atraso brasileiro e construir projetos civilizatórios. A segunda característica típica dos positivistas brasileiros seria um acentuado senso de missão social de que se consideravam portadores e que orientava suas ações visando sempre o bem-estar coletivo (Ferreira, 2007, p. 5).

Tomou-se a ciência como centro do universo, o que obrigava o liberalismo a redefinir seus termos, a abandonar o direito natural e a buscar fundamentação científica de sua doutrina. Este ideário cientificista, como bem pontuou M^a Amélia Dantes, adequava-se àquele contexto de mudança e, desta forma, contribuiu para a crítica do nacionalismo característico do movimento romântico e para a valorização das tendências universitárias (Dantes, 1996). Estas ideias cientificistas foram de encontro aos ideais de construção de uma nação.

A ciência tornou-se o modelo, e a filosofia que apresentou bem esse ideal foi o positivismo de Auguste Comte. A ciência ocidental, adotada frequentemente pelas elites latino-americanas que buscavam a modernidade de suas sociedades, ajudou a reforçar a identificação com elementos da cultura europeia, o que era compreendido às vezes como positivo ou negativo na luta política destas novas nações em construir uma imagem favorável de si mesmas.

A relação entre Comte e a vulgarização das ciências tem sido ressaltada por alguns estudos, especialmente pautando-se em algumas de suas iniciativas, como um curso consagrado à astronomia popular, realizado anualmente entre 1830 e 1844, em Paris, e a publicação, em 1844, do “*Traité philosophique d’astronomie populaire ou exposition systématique de toutes les notions de philosophie astronomique soit scientifiques soit logiques qui doivent devenir universellement familières*” (Dagognet, 2003, p.74-75).

Bernadette Bensaude-Vincent destacou a presença da ideia de vulgarização das ciências na obra de Comte:

Auguste Comte, antigo aluno da École Polytechnique, ministrou durante anos um curso público e gratuito de astronomia popular e concebeu o Curso de Filosofia Positiva como instrumento de educação social. Ele considera a difusão das ciências não apenas como um dever filosófico,

para erradicar as concepções teológicas e metafísicas ainda vivas, para elevar o conjunto da população ao pensamento científico e positivo, mas também como uma prioridade política (Bensaude-Vincent, 1993, p. 56).¹⁶

Ivan Lins (1904-1975), em sua obra “História do positivismo no Brasil”, indica, como primeiros sinais da proximidade das ideias de Auguste Comte com o cenário intelectual brasileiro, a presença de alunos brasileiros, como Patrício d’Almeida e Silva, Agostinho Roiz da Cunha, Antônio de Campos Belos e José P. d’Almeida, em cursos proferidos pelo filósofo francês na École Polytechnique de Paris, entre os anos de 1832 e 1840. Outro momento identificado pelo autor foram as referências à lei dos três estados e ao método positivo presentes na tese de concurso defendida, em 1844, na Faculdade de Medicina da Bahia, por Justiniano da Silva Gomes.

A presença das ideias positivistas se apresentou de forma mais efetiva quando, em 1º de abril de 1876, Antonio Carlos de Oliveira Guimarães, Joaquim Ribeiro de Mendonça, Oscar de Araújo, Benjamin Constant, Álvaro de Oliveira, Miguel Lemos e Raymundo Teixeira Mendes formaram uma sociedade positivista destinada a constituir uma “biblioteca composta das obras aconselhadas por Augusto Comte” (Maestri, 2011). Em 5 de setembro de 1878, aquela sociedade de 1876 assumiu a denominação de “Sociedade Positivista do Rio de Janeiro”, a qual, em 1881, passou a ser dirigida por Miguel Lemos.

Ivan Lins ressalta ainda que, para se conhecer plenamente o processo de recepção do positivismo no Brasil, devemos analisar com atenção a imprensa, especialmente a partir de 1870. Nas páginas de jornais de grande circulação e de periódicos de natureza diversa, especialmente as chamadas revistas científico-literárias, podemos encontrar inúmeras referências às doutrinas de Auguste Comte. Lins cita, especialmente, alguns periódicos que teriam sido criados especificamente com o objetivo de divulgar os princípios comtistas. Refere-se à *A Idéa. Jornal de Sciencias e Letras*, publicação mensal lançada em 1º de julho de 1874, com redação de Teixeira de Souza e Miguel Lemos; *A Crença. Sciencias, Letras e Artes*, lançada em 1875, tendo como redatores Thomaz de Porciuncula, Alberto de Menezes e Raymundo Teixeira Mendes; *O Rebate*; e a *Cronica do Imperio*, publicada quinzenalmente, em 1876, com participação de Raymundo Teixeira Mendes.

O médico e jornalista Ivan Lins refere-se, igualmente, a jornais e revistas, os quais, embora não fossem de responsabilidade de intelectuais positivistas, veiculavam frequentemente matérias que eram claramente influencia-

das pelo positivismo. Como exemplos, identifica algumas edições, como a de 1872 da *Semana Illustrada*, que apresentou uma gravura do conselheiro João Alfredo e bandeira com a divisa “Ordem e Progresso”, e as de 1876 e 1877 de *O Mequetrefe*, com os retratos de Miguel Lemos e Raymundo Teixeira Mendes e matéria sobre o positivismo¹⁷.

A *Revista do Rio de Janeiro*, pontua Ivan Lins, tinha uma linha positivista, por apresentar várias matérias “sobre os diversos setores da escala enciclopédica, mas ainda sobre a vida e a construção filosófica, política, social e religiosa de Augusto Comte” (Lins, 1964, p. 236). Segundo Ivan Lins, nos artigos sobre matemática, embora sem assinatura, percebia-se, claramente, a presença das ideias de Comte. Assim como nos demais artigos sobre temáticas como darwinismo, astronomia, biologia, animismo, vitalismo, entre outras.

Ao analisar o escopo temático das matérias publicadas na *Revista do Rio de Janeiro*, percebemos, de forma clara, a influência do ideário positivista, a centralidade da ciência nas suas páginas, os conhecimentos úteis. Embora muitas das matérias não identifiquem os autores, percebemos não só a centralidade de temáticas relativas às ciências e as ideias de Comte, como indícios da autoria, especialmente entre aqueles intelectuais vinculados ao pensamento positivista, como Miguel Lemos e Raymundo Teixeira Mendes.

A não indicação do autor das matérias era muito comum nas publicações periódicas da época. Além disso, é curioso notar que essa ocultação de autoria foi, à época, entendida também como um gesto de modéstia, como relatou a editoria da publicação ao comentar sobre o falecimento, em 1877, do colaborador Antonio Pereira Simões, que teria colaborado tanto na parte científica quanto literária “ocultando sempre o seu nome por excesso de modéstia” (*Revista do Rio de Janeiro*, 1877f, p. 65).

A centralidade dos princípios comtistas nas páginas da *Revista do Rio de Janeiro* é percebida especialmente a partir do conjunto de matérias sobre a Matemática, totalizando 78 matérias, identificadas e numeradas de “Mathematica I” até “Mathematica LXXVIII”, publicadas ao longo de 1876 e 1877. A proximidade com as ideias de Comte nas matérias da publicação foi apresentada logo em seus primeiros números, apresentando-as como fundamentais para a compreensão da ciência matemática:

Vamos, pois, partindo da antiga definição, que, o quanto tem de vaga, tem de insignificante, remontar-nos á aquella que, apresentada por Aug. Comte, é a única capaz de corresponder á importância, extensão e dificuldade da sciencia mathematica. Define-se ordinariamente a mathematica, dizendo que é a sciencia

¹⁶ Tradução feita pela autora do presente artigo.

¹⁷ Miguel Lemos. Teixeira Mendes. (Dous retratos). *O Mequetrefe*, Rio de Janeiro. anno 2º, n. 86, p. 1-6, 1876; O positivismo. *O Mequetrefe*, Rio de Janeiro. anno 3º, n. 96, p. 6, 1877.

das grandezas, ou, em termos mais positivos, a sciencia que tem por fim a medida das grandezas. Analyseemos esta definição, acompanhando Comte em suas considerações á respeito deste ponto, indubiravelmente o mais delicado e importante no estudo de qualquer sciencia (Revista do Rio de Janeiro, 1876b, p. 18-19).

Os temas do darwinismo e do comtismo foram objetos de uma matéria, a qual procurou estabelecer um paralelo entre as investigações de Darwin e as de Comte, afirmando que Comte teria baseado o positivismo na teoria da evolução, “muito antes de se haver sonhado na evolução darwinista”, pois seria fácil reconhecer o princípio da seleção e da filiação da espécie desde o ano de 1836 (Revista do Rio de Janeiro, 1876g, p. 87-88).

A proximidade da *Revista do Rio de Janeiro* com o ideário positivista pode, igualmente, ser compreendida em função da atuação de Serafim José Alves como editor de livros. Entre as referências que podemos apresentar está a publicação, em 1879, da obra “I. A Idéa de Deus segundo a philosophia positiva. II. O principal dever do homem para comsigo e para com seus semelhantes por Emilio

Littre”, como parte integrante da Bibliotheca Positivista (Gazeta de Noticias, 1879, p. 6).

No conjunto de temas presentes nas matérias veiculadas pela *Revista do Rio de Janeiro*, destaca-se de forma contundente o interesse por diversas áreas de conhecimentos científicos, incluindo a matemática, a fisiologia, a história natural, a física, a astronomia, a geologia, a zoologia, a medicina, a filosofia e outras áreas específicas.

Em atenção à sua missão como instrumento da vulgarização das ciências e da consequente promoção da instrução e do progresso do país, a *Revista do Rio de Janeiro* preocupava-se em ocupar as lacunas existentes em outras publicações periódicas, como os jornais, que não davam espaço para artigos em temáticas científicas, literárias e filosóficas. Assim, “consagra à mocidade e ao progresso” páginas e mais páginas com matérias e conteúdos diversos no campo científico, literário e referentes às principais questões para a instrução no país (Revista do Rio de Janeiro, 1876a, p. 1).

Apresentamos na lista abaixo listamos destacando parte do conjunto de matérias publicadas nos dois anos da *Revista do Rio de Janeiro*, 1876 e 1877:

Volume, nº, ano	Título	Autoria ¹⁸
v.I, n.1, 1876	“Physiologia. A palavra”	
v.I, n.1, 1876	“Mathematica”	
v.I, n.2, 1876	“Sciencias occultas. A magia”	
v.I, n.2, 1876	“Mathematica. II. Definição da sciencia”.	
v.I, n.3, 1876	“Historia Natural. I.”	
v.I, n.3, 1876	“O ar athmospherico. II.”	
v.I, n.4, 1876	“Somnambulismo. II”	
v.I, n.4, 1876	“O ar athmospherico. III”	
v.I, n.5, 1876	“Physica. I. O calórico”	
v.I, n.6, 1876	“Historia da Terra. Capitulo I. Epoca anti-historica”	
v.I, n.8, 1876	“O relatório do bibliothecario da Bibliotheca Municipal. A Bibliotheca Recreativa”	
v.I, n.9, 1876	“Estrellas errantes. Lyceo de Artes e Officios. Poesia cômica”	
v.I, n.10, 1876	“Classificação zoológica”	
v.II, n.2, 1876	“Physiologia. Cerebro	
v.II, n.3, 1876	“Ensaio de sciencia. Brown & Evaristo editores”	
v.II, n.4, 1876	“Sciencias medicas. Respiração.”	
v.II, n.5, 1876	“Geometria analytica. I”	
v.II, n.5, 1876	“Chimica Industrial. O enxofre”	
v.II, n.6, 1876	“Ligeiras considerações acerca da destruição do Rio de Janeiro”	
v.II, n.6, 1876	“A Instrucção publica”	José Raymundo de Vasconcellos.

¹⁸ Registramos que era bem recorrente a ausência de identificação do autor da maioria das matérias na *Revista do Rio de Janeiro*.

Volume, nº, ano	Título	Autoria¹⁸
v.II, n.7, 1876	“Hydrographia. I”	
v.II, n.7, 1876	“Medicina legal. O infanticidio. I.”	
v.II, n.9, 1876	“Sciencias medicas. Tratamento da pneumonia”	
v.II, n.10, 1876	“Physica applicada. Correlação das leis com a natureza do clima”.	C. Grachus
v.II, n.11, 1876	“Estudos sobre a febre amarela em 1873 e 1874”	Dr. Gama Lobo
v.III, n.1, 1876	“Doutrina do real. I. Do methodo”	
v.III, n.1, 1876	“Philosophia natural. Astronomia. I. Instrumentos de observação”	
v.III, n.4, 1876	“Doutrina do real. IV. Da astronomia.”	
v.III, n.4, 1876	“Philosophia natural. I. O Darwinismo e o Comtismo”	
v.III, n.7, 1876	“Doutrina do real. VII. Da Biologia”	
v.III, n.10, 1876	“Revista Scientifica”	
v.III, n.10, 1876	“Observações sobre o calendário de Comte”.	[Tradução de Miguel Lemos]
v.III, n.11, 1876	“Philosophia natural. Astronomia. VII. Relações da astronomia com os outros ramos da filosofia natural”	
v.III, n.11, 1876	“Medicina legal. Envenenamento pelo phosphoro”	
v.III, n.13, 1876	“Instituições Scientificas. O Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro”	
v.IV, n.1, 1876	“Progreso Industrial”	Affonso Lima
v.IV, n.2, 1876	“Curso de physiologia de Claudio Bernard. Evolução historica e philosophica da physiologia”	
v.IV, n.5, 1876	“A Philosophia positiva”.	
v.IV, n.6, 1876	“A Revolução de Augusto Comte”	
v.IV, n.8, 1876	“O Animismo e o Vitalismo”	
v.IV, n.9, 1876	“Tratado de manobras para navios á vela e á vapor”	[Tradução de Castro e Silva.
v.V, n.1, 1877	“A Sciencia e a Philosophia”	
v.V, n.1, 1877	“O Universo ou a Idéa Geral da Creação. As nuvens”	
v.V, n.2, 1877	“Astronomia. IV. Theoria geral das paralaxes”	
v.V, n.2, 1877	“Mathematica. LV. Leis fundamentaes da Mecanica”	
v.V, n.5, 1877	“Mathematica. LVIII. Divisão fundamental da Mecanica racional”.	
v.V, n.6, 1877	“Sciencia Popular. I. A Terra (entre Luiz e o leitor)”	
v.V, n.8, 1877	“Doutrina do real. XIX. Da Sociologia. (Conclusão)”.	
v.V, n.10, 1877	“Sciencia Popular. O trabalho (á memoria de Theophilo). Luiz.”	
v.V, n.13, 1877	“Geologia. A gruta de Coimbra em Matto-Grosso”	F. M. Mello Oliveira
v.VI, n.1, 1877	“Licções de Politica Positiva por J. V. Lastarria”	
v.VI, n.2, 1877	“Mathematica. LXVIII. Dynamica. Theoria do movimento variado rectilineo.”	
v.VI, n.8,1877	“A Inercia (physica geral). M. Z. A.”	
v.VI, n.8,1877	“Os agentes physicos nos fenômenos chimicos”	Pereira Simões
v.VI, n.10,1877	“Mecanica racional. Equações geraes do equilíbrio”.	Miguel Lemos
v.VI, n.10,1877	“Equação diferencial do movimento permanente”	
v.VI, n.11, 1877	“Sciencia Popular. VI. Como se movem os vagões (Ponto n.1). Luiz.”	
v.VI, n.12, 1877	“Philosophia Positiva. Objecções e respostas.”	Miguel Lemos

Além do objetivo central de levar os conhecimentos das diversas ciências a um público mais amplo, a *Revista do Rio de Janeiro*, acompanhando a linha central da vulgarização das ciências no século XIX, preocupava-se em apresentar esses conhecimentos por meio de uma linguagem mais acessível, o que era entendido como uma “necessidade”:

Em primeiro lugar as sciencias têm um fim elevado e directo, como é o de satisfazer a necessidade fundamental que experimenta nossa inteligência de conhecer as leis de todos os fenómenos, e na sua classificação é mister não esquecer outra necessidade de nossa organização, a que exige que se nos apresentem os factos em uma ordem que possamos conceber com facilidade (Revista do Rio de Janeiro, 1877e, p. 4).

A preocupação com uma linguagem acessível, com um estilo mais ameno e até divertido, na apresentação dos conteúdos, esteve muito presente nas páginas da revista. Percebemos esta conduta especialmente nas matérias publicadas na seção “Sciencia Popular”, como a intitulada “A Terra (entre Luiz e o leitor)”, cujo autor era Luiz, apresentadas inclusive com diálogos:

Si em qualquer parte já tiveres lido alguma página sobre nosso planeta, terás notado que mui comum é a comparação que, para maior inteligência de quem lê, se faz dele com uma laranja. Eu a farei também porque entendo que si alguma cousa há que, por muito repetida não perde, essa comparação está neste caso. [...].

- Mas, sr. Luiz, si a formiga paseiar sobre um prato, os horizontes serão sempre circulares?

- Excepto nas beiras, e, demais, são todos do mesmo tamanho, o que não se dá com a terra (Revista do Rio de Janeiro, 1877c, p. 88).

Na edição seguinte da *Revista do Rio de Janeiro*, nesta mesma seção, a matéria em continuação à anterior, sob o mesmo título, expressava mais fortemente esta dinâmica de um diálogo ameno e divertido:

A Terra (entre Luiz e o leitor) (continuação).

- Mas, afinal de contas, não se esqueça de que me disse ser a terra achatada nos pólos e não uma bola perfeita; pois suas provas nada teem que ver com os achatamentos. Quem foi que já os viu, si a diferença é uma coisinha de nada aos olhos da gente?

- Bom; espere, que já chegaremos (Revista do Rio de Janeiro, 1877d, p. 101).

Na seção “Bibliographia”, da *Revista do Rio de Janeiro*, era recorrente o destaque ao recebimento de

publicações que eram marcadamente referenciais para as ciências e para a instrução. Um dos primeiros registros neste sentido foi com relação ao recebimento de um exemplar de “Exposição Nacional no Brasil em 1875”, de Augusto Emilio Zaluar (1826-1882), escritor português, autor da obra de ficção científica “O Doutor Benignus” e colaborador da *Revista do Rio de Janeiro*:

Seu autor já tão conhecido, tão considerado na republica das letras, dispensa de nossa parte qualquer apologia. Não podemos contudo furtarmo-nos ao desejo que temos de dizer, que o seu livro prima pela amenidade de estylo, pela clareza com que na realidade poucos poderiam tratar de um assumpto tão arido e de um modo tão attrahente como o conseguiu brilhantemente o sr. E. Zaluar (Revista do Rio de Janeiro, 1876d, p. 25).

Em exemplares subsequentes, esta mesma seção, “Bibliographia”, ressaltou a satisfação em receber obras de instrução popular, como a “Bibliotheca da Infancia” do médico e educador Joaquim José Menezes Vieira (1848-1897):

Apologista como somos do ensino pratico, que julgamos preferivel as historietas chamadas moraes, pois nos parece de muito mais alcance instructivo explicar á infancia o que é um relógio, como se faz umacasa e para que serve um thermometer, que contar-lhe cousas do arco da velha e dellas deduzir moralidades que estão fóra da comprehensão infantil; applaudimos por isso a publicação do novo voluminho da Bibliotheca da Infancia, auspiciando a seu autor grande acceitação e rapida extracção de seus livrinhos que tanto tem de uteis, como de baratos (Revista do Rio de Janeiro, 1876e, p. 91-92).

A história natural apareceu em várias de suas páginas, como a “sciencia mãe”, por ser “a sciencia que se ocupa de todos os corpos brutos e vivos, que existem na superficie da terra” (Revista do Rio de Janeiro, 1876c, p.36).

Temas no campo da medicina e farmácia foram apresentados especialmente na perspectiva de conhecimentos úteis para a saúde da população. Neste sentido, foram publicadas matérias sobre as epidemias de febre amarela, os estudos a respeito, as experiências realizadas e as terapêuticas adotadas, como a questão em torno do uso dos sais de quinina no tratamento daquela enfermidade (Revista do Rio de Janeiro, 1876f, p. 73). Foram publicadas em 1876 matérias sobre os envenenamentos e sobre as demais questões no campo da toxicologia, entendidas como sendo serviços apresentados pela *Revista do Rio de Janeiro* (1876h, p. 168).

Considerações finais

O estudo e análise da imprensa periódica voltada para a vulgarização das ciências nos possibilita conhecer a conformação de um público para a ciência e o papel que ela desempenhou na cultura do Brasil no século XIX.

Ao longo do século XIX, e principalmente na segunda metade, cresceu não só o número de instituições de ensino, de pesquisa e de sociedades científicas, como as ações de vulgarização das ciências apresentaram-se de forma mais expressiva, tanto quantitativa quanto qualitativamente. O Brasil, ao longo do séc. XIX, foi palco de diversas das ações de vulgarização das ciências, como os periódicos, os livros infantis, os cursos públicos, as conferências pedagógicas e as conferências científicas, realizados no ambiente de instituições de ensino, instituições de pesquisa e de associações e academias científicas.

No cenário de crescimento do periodismo no Rio de Janeiro, apresentavam-se os jornais, que se dedicavam especialmente ao cotidiano político da cidade, e especialmente as revistas literárias ou científico-literárias, como se autodenominavam, que procuravam não ser plataformas dos debates políticos e veiculavam textos de naturezas diversas, como literatura, biografias, narrativas de viagens, ensaios científicos e outros.

Tanto a educação quanto a ciência foram entendidas como veículos centrais para o desenvolvimento do país, para o seu crescimento científico. Na época, várias leis também foram importantes para a difusão da ideia de centralidade da ciência e da educação no Brasil, como a Reforma de 19 de abril de 1879, que, ao propor uma reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte e do ensino superior no Império, destacava o ensino de ciências.

Ressaltamos, ainda, que todo esse cenário de vulgarização das ciências se desenvolveu no contexto da consolidação dos Estados Nacionais na América Latina, corroborando a ideia do papel atribuído à ciência e à educação para a formação de cidadãos, para a garantia da ordem e da paz social.

A educação e a vulgarização das ciências estavam presentes nos propósitos das revistas científico-literárias, em seus conteúdos e matérias, e até nos nomes dos próprios periódicos. A vulgarização dos conhecimentos feita nas páginas destes periódicos representava, de certa forma, uma conversa com os leitores, na qual se procurava explicar as ciências para todos, notadamente os assuntos sobre os quais não tinham pleno conhecimento. E isso era feito de forma mais amigável, sem jargão científico, para facilitar a aquisição desse conhecimento.

Analisando um periódico científico-literário, como a *Revista do Rio de Janeiro*, nos foi possível refletir sobre

o papel desempenhado pela imprensa, jornais diários e periódicos científico-literários, na divulgação dos conhecimentos científicos.

Nesta direção e entendendo as revistas como locais de encontro de trajetórias individuais, trajetórias sociais e intelectuais, como produtos de uma construção coletiva, analisamos as páginas da *Revista do Rio de Janeiro*. Reconstituindo seu processo de criação, conhecendo seu corpo editorial e de colaboradores, apresentou-se-nos uma grande diversidade de formação e de origem profissional, destacando-se a presença de bacharés, escritores, filósofos, matemáticos, professores e médicos.

Ainda que esses autores e agentes fossem identificados como proprietários, editores ou colaboradores dos impressos periódicos, era claro que estavam atuando como vulgarizadores das ciências, como “mediadores intelectuais” (Gomes; Hansen, 2016), considerando-se seu projeto de vulgarização dos conhecimentos. É possível inferir que, embora esses autores / editores procurassem conferir credibilidade a suas propostas e reforçar sua posição como grupo, contribuíram para legitimar um território próprio para a vulgarização.

Destacou-se, principalmente na composição do corpo de colaboradores, uma presença mais expressiva de referências no campo do pensamento positivista no Brasil, como Miguel Lemos e Raymundo Teixeira Mendes, entre outros. Esta constatação nos levou a refletir sobre o papel do positivismo como um instrumento para a transformação da educação, para predomínio e vulgarização da ciência e para seu significado cultural. O viés do positivismo evidenciou-se, igualmente, no conteúdo de um conjunto de matérias, especialmente no repertório direcionado a apresentar a ciência matemática.

Em termos do escopo temático, conforme elencamos no quadro das edições da *Revista do Rio de Janeiro*, os temas referentes aos vários campos de conhecimento apresentaram-se de forma expressiva, contemplando, entre outros, a matemática, a fisiologia, a biologia, a zoologia, a medicina e a astronomia.

Na *Revista do Rio de Janeiro*, publicada a partir de 1º de janeiro de 1876, tendo como editor Serafim José Alves, a vulgarização dos conhecimentos e a educação foram, de forma expressiva, objetos que nortearam as definições editoriais e de conteúdo das matérias publicadas ao longo dos dois anos, 1876 e 1877. Com o objetivo de vulgarizar as ciências para o público em geral, procurou em suas páginas apresentá-los adotando um modelo adequado, mais ameno e acessível aos leitores. Retomo aqui, como palavras finais, as palavras iniciais da *Revista do Rio de Janeiro* expressas em seu primeiro número:

Reunir em um volume artigos que mereçam ser estudados, e que encerrem os principais progressos das ciências, eis o fim a que se propõe esta publicação. Literária, filosófica, imparcial e independente, a Revista do Rio de Janeiro se consagra à mocidade e ao progresso (v. 1, n. 1, p. 1, 1876a).

Referências

- ALONSO, Angela. 2000. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(44):35-54.
- BARBOSA, Marialva. 2007. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro, Mauad X. 264p.
- BÉGUET, Bruno. 1994. La vulgarisation scientifique au XIXe siècle. In: B. BÉGUET; M. CANTOR; S. LE MEN, *La science pour tous*. Paris, Réunion des Musées Nationaux, p. 5-48.
- BENSAUDE-VINCENT, Bernadette. 1993. Un public pour la science : l'essor de la vulgarisation au XIXe siècle. *Réseaux*, 11(58):47-66.
- BENSAUDE-VINCENT, Bernadette. 2010. Splendeur et décadence de la vulgarisation scientifique. *Questions de Communication, Les cultures des sciences en Europe*, 17:19-32.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. 1986. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo, Edusp/ Convívio, 440 p.
- CAPELATO, M. Helena R. 1988. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP. 78p.
- COSTA, Carlos Roberto da. 2007. *A revista no Brasil, século XIX*. São Paulo, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 291 p.
- DAGOGNET, François. 2003. Historia y principios de la vulgarización: Historia y principios de la vulgarización. *Sociología: Revista de la Facultad de Sociología de Unaula*, (26):69-83.
- DANTES, Maria Amélia M. 1996. Os Positivistas Brasileiros e as Ciências no final do século XIX. In: HAMBURGER, Amélia Império, et al. *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp/Fapesp. pp.49-63.
- DAWSON, Gowan; NOAKES, Richard; TOPHAM, Jonathan R. 2008. Introduction. In: G. CANTOR; G. DAWSON; G. GOODAY; R. NOAKES; S. SHUTTLEWORTH; J. TOPHAM, *Science in the Nineteenth-Century Periodical: Reading the Magazine of Nature*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 1-34.
- DIAS, Vera de Oliveira. 2008. *A imprensa da Corte nos anos de 1860 e 1870: um estudo comparativo dos jornais Opinião Liberal e A Reforma*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 119 p.
- DÚNYA, Azevedo. 2009. A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros. *Mediação*, Belo Horizonte, 9(9):81-97.
- FABRE, Daniel. 2021. Revues d'ethnologie et ethnologie dans les revues. Disponível em: <http://www.garae.fr/spip.php?article150> Acesso em: 30/03/2021.
- GAGLIARDO, Vinicius Cranek. 2016. *Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista*. Franca, Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, 260 p.
- GODOI, Rodrigo. 2017. As cartas dos livreiros: Manuais escolares e mercado editorial entre Rio e Paris, 1870-1874. In: SEO. *Anais do II Seminário Internacional Brasil no século XIX. v.2*. Londrina: SEO. p.1-12.
- GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos Hansen. 2016. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 490 p.
- LINS, Ivan. 1964. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 874 p.
- LUCA, Tania Regina de. 2011. *Leituras, projetos e (RE) VISTA(S) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo, Editora Unesp, 376 p.
- LUSTOSA, Isabel. 2003. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 72p.
- MAESTRI, Mário. 2011. Os positivistas ortodoxos e a Guerra do Paraguai. *Estudios Históricos*, CDHRP, III(6):1-23.
- MALAQUIAS, Isabel. 2019. Do imaginário em Jules Verne. *Carnets*, deuxième série (15). Disponível em: <http://journals.openedition.org/carnets/9173> Acesso em: 30/03/2021.
- MARTINS, Ana Luiza. 2008. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 593 p.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania R. de. 2008. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Contexto, 332 p.
- MARTINS, A.; DE LUCA, T. (org.). (2008). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto. 304p.
- MOREL, Marco; BARROS, M. M. de. 2003. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, DP&A. 136p.
- NEVES, L.; MOREL, M. & FERREIRA, T. (org.). (2006). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DPeA: Faperj. 448p.
- PERIOTTO, Marcília Rosa. 2013. Imprensa, intelectuais e educação: o Brasil em debate no século XIX. *Revista HISTEDBR On-line*, (53):41-55.
- PLUET-DESPATIN, Jacqueline. 2017. Contribución a la Historia de los Intelectuales. Las revistas. (Traducción de Horacio Tarcus; revisión técnica de Margarita Merbilhaá). Disponível em: www.americlee.cedinci.org Acesso em: 30/03/2021.
- REVISTA do Rio de Janeiro. 1965. *Anais da Biblioteca Nacional*, 85:114. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/402630/4545> Acesso em: 5/02/2021.
- RIBEIRO, Lavinia Madeira. 2004. *Imprensa e Espaço Público: a institucionalização do jornalismo no Brasil – 1808-1964*. Rio de Janeiro, E-papers. 384p.
- SIRINELLI, Jean-François. 1986. Le hasard ou la nécessité? Una histoire en chantier: l'histoire des intellectuels. *Vintième siècle: Revue d'histoire*, (9):97-108.
- SODRÉ, Nelson Werneck. 1999. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad. 502p.
- VERGARA, Moema de Rezende. 2008. Contexto e conceitos: história da ciência e “vulgarização científica” no Brasil do século XIX. *Inter-ciência*, 33(5):324-330.
- VERGARA, Moema de Rezende. 2008. Ensaio sobre o termo “vulgarização científica” no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, 1(2):137-145.
- VERGARA, Moema de Rezende. 2011. As representações de ciência em espaços de divulgação no Brasil oitocentista: uma nova pedagogia. In: F. NICOLAZZI; H.M. MOLLO; V.L. de ARAUJO (orgs.), *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 256 p. p. 171-184.
- ZOTTI, Solange Aparecida. 2005. O ensino secundário no Império Brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do colégio D. Pedro II. *Revista HISTEDBR On-line*, (18):29-44. Disponível em: https://fe-old.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4800/art04_18.pdf Acesso em: 10/10/2021.

Fontes:

- A CONSTITUIÇÃO. ORGÃO DO PARTIDO CONSERVADOR. 1876. **III** (62): 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/385573/246> Acesso em: 10/01/2021.
- A CREMAÇÃO. PERIODICO RECREATIVO. 1883. **I** (7): 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813540/25> Acesso em: 10/01/2021.
- ALMEIDA, Lino de. Introdução. Imprensa Industrial. *Revista de litteratura, sciencias, artes e industrias*, **I**, 1876. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700568/5> Acesso em: 31/01/2021.
- BARBOSA, R. 1946. Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública. In: *Obras completas de Rui Barbosa*. v. X, tomo II. 1883. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 404 p.
- CAMARA DOS DEPUTADOS. 1882. *Reforma do Ensino Secundario e Superior. Parecer e projecto (Relativo ao decreto n.7247 de 19 de abril de 1879)*. Apresentado em Sessão de 13 de Abril de 1882 pela Comissão de Instrução Publica composta dos Srs. Ruy Barbosa (Relator), Thomaz do Bomfim Spindola e Ulysses Machado Pereira Vianna. Rio de Janeiro, Typographia Nacional.
- CUNHA, A.E. da Costa e. 1877. O Duque Estrada Teixeira. *A Escola. Revista de Educação e Ensino*, **1-2**: 57. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/351199/42> Acesso em: 10/01/2021.
- DIAS, Antonio Gonçalves. 1857. Exposição Universal em Paris. Relatório do Commissario Brasileiro o Sr. Dr. Antonio Gonçalves Dias. Paris, 21 de Janeiro de 1856. *Revista Brasileira. Jornal de Sciencias, Letras e Artes*, **I**: 283-362. Internet Archive. Online. Disponível na Internet: <https://archive.org/details/revistabrazilei00olivgoog/page/n387/mode/2up?q=enriquece> Acesso em: 21/04/2021.
- GAZETA DE NOTICIAS. 1875. **I** (141): 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_01/587 Acesso em: 10/01/2021.
- GAZETA DE NOTICIAS. 1879. **V** (162): 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_01/5823 Acesso em: 10/01/2021.
- LIVRO da Porta. 1877. *Revista Illustrada*, **2** (86):2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/332747c/658> Acesso em: 5/02/2021.
- LIVROS Baratissimos. 1883. *Gazeta de Noticias*, **IX** (9): 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_02/4771 Acesso em: 10/01/2021.
- MIGUEL Lemos. Teixeira Mendes. (Dous retratos). 1876. *O Mequetrefe*, **2**(86):1-6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709670/582> Acesso em: 20/03/2021.
- NOTICIARIO. 1876. *A Patria*, **XX**, n. 92:1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830330/11532> Acesso em: 10/01/2021.
- O CONSERVADOR. JORNAL POLITICO, NOTICIOSO E COMMERCIAL DA PROVINCIA DE SANTA CATHARINA. 1876. **V**(298):2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/767050/794> Acesso em: 5/02/2021.
- O POSITIVISMO. 1877. *O Mequetrefe*, **3**(96):6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709670/657> Acesso em: 20/03/2021.
- REVISTA do Rio de Janeiro. 1876. *Gazeta de Noticias*, **I**(1):4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_01/637
- REVISTA DO RIO DE JANEIRO. 1876a. **I**(1):1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/342920/4>. Acesso em: 15/03/2021.
- REVISTA DO RIO DE JANEIRO. 1876b. **I**(2):18-19. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/342920/21> Acesso em: 5/02/2021.
- REVISTA DO RIO DE JANEIRO. 1876c. **I**(3):36. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/342920/39> Acesso em: 5/02/2021.
- REVISTA DO RIO DE JANEIRO. 1876d. **II**(2):25. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/342920/236> Acesso em: 5/02/2021.
- REVISTA DO RIO DE JANEIRO. 1876e. **II**(6):91-92. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/342920/302> Acesso em: 5/02/2021.
- REVISTA DO RIO DE JANEIRO. 1876f. **III**(5):3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/342920/492> Acesso em: 5/02/2021.
- REVISTA DO RIO DE JANEIRO. 1876g. **III**(7):87-88. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/342920/506> Acesso em: 15/03/2021.
- REVISTA DO RIO DE JANEIRO. 1876h. **III**(11):168. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/342920/587> Acesso em: 15/03/2021.
- REVISTA DO RIO DE JANEIRO. 1877a. **V**(1):1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/342920/856>
- REVISTA DO RIO DE JANEIRO. 1877b. **V** (6): Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/342920/1064> Acesso em: 19/03/2021.
- REVISTA DO RIO DE JANEIRO. 1877c. **V**(6):87-99. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/342920/942> Acesso em: 5/02/2021.
- REVISTA DO RIO DE JANEIRO. 1877d. **V** (7):101. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/342920/956> Acesso em: 15/03/2021.
- REVISTA DO RIO DE JANEIRO. 1877e. **VI**(1):4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/342920/1067> Acesso em: 15/03/2021.
- REVISTA DO RIO DE JANEIRO. 1877f. **VI**(5):65. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/342920/1128> Acesso em: 15/03/2021.
- ROMERO, Sílvia. 1926. “Explicações indispensáveis”. Prefácio a Vários escritos, Tobias Barreto. Sergipe: Editora do Estado de Sergipe.
- SR. QUE NÃO ASSIGNOU. *Revista do Rio de Janeiro*. 1877. **V**(1):17-18. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/342920/872> Acesso em: 15/03/2021.
- TRIBUNA PHARMACEUTICA. 1876a. **II**, 2ª serie (5-6):147-148. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709751/1119> Acesso em: 5/02/2021.
- TRIBUNA PHARMACEUTICA. 1876b. **II**, 2ª serie (9-10):248. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709751/1226> Acesso em: 19/03/2021.
- UM novo livro clássico-collegial. 1875. *O Sexo Feminino. Semanario dedicado aos interesses da mulher*, **II**(14):3. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/jornais/SF18751031.pdf> Acesso em: 19/03/2021.

Submetido em: 30/04/2021

Aceito em: 04/11/2021